

Moçambique

Novembro 2007



Cristina Casalinho

E-Mail: cristina.veiga.casalinho@bancobpi.pt

Telef.: 21 310 11 84

Paula Carvalho

E-Mail: paula.goncalves.carvalho@bancobpi.pt

Telef.: 21 310 11 87

O Banco BPI através do gabinete de Estudos Económicos e Financeiros apresenta a primeira edição de um boletim de acompanhamento da situação económica e financeira de Moçambique.

Por se tratar de uma 1ª publicação, contém informação de natureza estrutural e conjuntural.

Semestralmente, o Banco BPI publicará novas edições em formato substancialmente mais reduzido, com toda a informação actualizada.



Moçambique

Novembro 2007

Economia em movimento

- ⚡ Moçambique é uma das economias mundiais que mais tem crescido nos últimos cinco anos, apresentando uma expansão média anual neste período de cerca de 8%. Este forte dinamismo foi determinado pela capacidade de atracção de projectos de investimento internacionais relevantes, aumento do auxílio internacional e reorientação dos objectivos de desenvolvimento, enfatizando o progresso económico como base para a melhoria da qualidade de vida das populações.
- ⚡ Independentemente da evolução recente e da reconhecida utilização exemplar da ajuda externa, Moçambique ainda apresenta níveis de pobreza absoluta e indicadores de desenvolvimento preocupantes. Nos próximos anos, o andamento da economia moçambicana permanecerá dependente do auxílio internacional, o qual representa cerca de 50% do orçamento do Estado. Aliás, antes da dependência se reduzir deverá aumentar, na medida em que será crucial para a criação das infra-estruturas indispensáveis à normalização da economia. Efectivamente, não obstante a guerra civil ter terminado em 1992, Moçambique ainda é confrontado com os efeitos do conflito. A escalada do auxílio externo coloca exigências adicionais às autoridades moçambicanas, pois, para além sua dimensão acrescida, nos próximos anos, a canalização e controlo da execução da ajuda humanitária deixará de ser feita por estruturas locais das próprias agências internacionais, passando o governo a responsabilizar-se por estas tarefas. Mas, falta a Moçambique provar capacidade de gestão descentralizada de recursos tão vastos numa escala regional ampla.
- ⚡ O grande desafio da economia moçambicana consiste em garantir um crescimento sustentado independente da ajuda externa. Para tal, a capacidade de atrair investimento estrangeiro é fundamental, mas em vez da aposta em mega-projectos industriais com pouca relação com o tecido produtivo nativo e pouca capacidade de geração de emprego, o investimento deverá privilegiar actividades autóctones, explorando as potencialidades tradicionais. Neste sentido, sectores agrícola e agro-industrial, indústria ligeira, energia e turismo dispõem de considerável potencial. O desenvolvimento de sectores locais catalizadores de crescimento sustentável é imperioso para o país escapar à "maldição" da ajuda internacional e da exploração de recursos naturais.
- ⚡ No longo prazo, a globalização e a integração com a África do Sul no âmbito de uma união aduaneira, impõem dificuldades acrescidas à sustentabilidade do crescimento económico. Estas duas realidades constituem restrições à emergência de estruturas manufactureiras de raiz local. A atracção de investimento directo estrangeiro, não baseada em incentivos fiscais, poderá revelar-se fulcral para desabrochar competências locais, pois é um elemento determinante para a transferência de tecnologia e conhecimentos e para o surgimento de uma classe de empresários locais. A globalização, com os baixos custos que impôs, é um obstáculo ao progresso da economia moçambicana na escala de valor acrescentado, dificultando a passagem do sector agrícola para o industrial, onde se registam os maiores ganhos de produtividade e saltos de rendimento familiar. O enraizamento do fenómeno de industrialização em África defronta ainda a baixa qualificação da mão-de-obra, sobretudo no que respeita a competências de gestão e tecnológicas.
- ⚡ Para assegurar o crescimento sustentado, Moçambique tem ainda de ganhar o combate à epidemia do HIV/ SIDA, que afecta sobretudo a população urbana mais escolarizada.

Cristina Casalinho

Email: cristina.veiga.casalinho@bancobpi.pt

Telef.: 21 310 11 84

Paula Carvalho

Email: paula.goncalves.carvalho@bancobpi.pt

Telef.: 21 310 11 87



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Rui Martins dos Santos Director Geral

Cristina Veiga Casalinho Directora
 Paula Gonçalves Carvalho SubDirectora
 Pedro Ferreira da Silva
 Susana de Jesus Santos
 Teresa Gil Pinheiro

ANALISE TÉCNICA & MODELOS DE TRADING
 Agostinho Leal Alves

Tel.: 351 21 310 11 86 Fax: 351 21 353 56 94

Email: deef@bancobpl.pt <http://www.bancobpl.pt>

<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research> <http://www.bfa.ao>

ÍNDICE

	Pág.
BREVES FACTOS	04
BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA	05
CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS	09
ELEMENTOS ESTRUTURAIIS	15
ANÁLISE SECTORIAL	18
EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE	25
SECTOR PÚBLICO	27
SISTEMA FINANCEIRO	33
SECTOR EXTERNO	42
DÍVIDA INTERNA E EXTERNA	49
RELACIONAMENTO BILATERAL PORTUGAL-MOÇAMBIQUE	51

ANEXOS

GEOGRAFIA E POPULAÇÃO

Dimensão do território:	799 380 Km ²
População:	20.2 milhões de habitantes (estimativa das Nações Unidas para 2006)
Capital:	Maputo com cerca de 1.8 milhões de habitantes (abrangendo a totalidade da província de Maputo e a província de Matola).
Clima:	Húmido, tropical, influenciado pelo regime de monções do Índico e pela corrente quente do canal de Moçambique. Estação seca de Junho a Setembro; estação das chuvas ocorre entre Outubro e Abril, altura em que a precipitação média nas montanhas ultrapassa os 2000 mm. As temperaturas médias variam entre 20°C no Sul e os 26°C no Norte, sendo os valores mais elevados durante a época das chuvas. Em Maputo, variam entre os 13-24°C em Julho e os 22-31 °C em Fevereiro. A humidade relativa é elevada situando-se entre 70 a 80%, embora os valores diários cheguem a oscilar entre 10 e 90%. Pode-se, assim, distinguir três zonas em todo o território: Norte e Centro - tropical húmido, tipo monçónico, com uma estação seca de quatro a seis meses; Sul - Tropical seco, com uma estação seca de seis a nove meses; Montanhas - Clima tropical de altitude.
Língua oficial:	Português; e três principais dialectos africanos: Makua-Lomwe, Tsonga e Sena-Nyanja.
Moeda:	Novo Metical (código Reuters: MZN; código Bloomberg: MZN)

ESTRUTURA POLÍTICA

Nome oficial:	República de Moçambique
Sistema legal:	Baseado na constituição de 1990, actualizada em 2004 e na lei Portuguesa-Romana
Regime Político:	Presidencialista
Poder Legislativo:	Assembleia da República com 250 membros, eleita por sufrágio universal e directo de cinco em cinco anos
Principais partidos:	Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) é o partido do governo. Os principais partidos da oposição são: Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) e Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD). Nas eleições de 2004, este último falhou em conseguir mais de 5% dos votos necessários para obter representação parlamentar. Nessas eleições, alguns partidos pequenos formaram uma coligação com a Renamo denominada União Eleitoral.
Composição da Assembleia:	A Frelimo detém maioria na Assembleia Nacional, ocupando 160 lugares, e a Renamo ocupa os restantes 90.
Eleições nacionais:	As primeiras eleições democráticas realizaram-se em 1994. As últimas eleições presidenciais e legislativas realizaram-se em 2004. As próximas eleições nacionais estão marcadas para 2009.
Chefe de Estado:	Presidente, Armando Guebuza, eleito por sufrágio universal e directo.
Governo nacional:	Presidente, Primeiro-Ministro nomeado pelo Presidente e o Conselho de Ministros; novo gabinete nomeado em Janeiro de 2005 liderado por Luísa Diogo.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA**ENQUADRAMENTO HISTÓRICO**

Antes da chegada dos Portugueses no séc. XVI, a principal influência cultural em Moçambique era árabe e swahili. Os Portugueses inicialmente estabeleceram postos de comércio na região e só mais tarde se verificou a ocupação territorial. O envolvimento português intensificou-se, essencialmente, na década de 50 do séc. XX. Com a criação de Frelimo em 1962, iniciou-se a guerra anti-colonial que iria durar até à independência em 1975. Posteriormente, o conflito voltou a reacender-se sob a forma de guerra civil opondo Frelimo e Renamo, que se assumiram como as duas principais forças beligerantes, mas também políticas. A guerra civil implicou mais de 1,5 milhões de refugiados e deslocados. Moçambique, nos primeiros anos de independência, evoluiu rapidamente de exemplo de experiência revolucionária para sinónimo de desastre humanitário, integrando o grupo dos países mais pobres do mundo e revelando-se fortemente dependente de auxílio internacional.

Actualmente, Moçambique é apontado como um exemplo claro de sucesso de progresso social e económico pós-conflito, para o que foi determinante a estabilidade política e social vivida depois da guerra. Todavia, as fragilidades económicas e a forte dependência externa são as principais marcas dos anos mais recentes, não obstante os avanços verificados. Em termos de índices de desenvolvimento humano, Moçambique mantém uma posição modesta, embora o cumprimento das metas associadas aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) esteja alinhado com o projectado.

ECONOMIA EXEMPLAR NA ÚLTIMA DÉCADA PELO BOM USO DAS AJUDAS

Na última década, a economia moçambicana apresentou um nível de crescimento médio anual de cerca de 8%. Nos últimos cinco anos, a expansão acelerou, acumulando acréscimos médios anuais de aproximadamente 8.9%, impulsionados pela concretização de importantes investimentos estrangeiros e intensificação dos fluxos de auxílio, classificando-se como um dos países mais dinâmicos do globo. Todavia, é expectável que este ritmo, associado sobretudo à normalização da economia e reconstrução no período pós-guerra, abrande futuramente. Impõe-se, então, encontrar um motor sustentável do crescimento. Assegurar a manutenção do actual ritmo de crescimento, superada a fase inicial de recuperação pós-conflito, é crucial para garantir a redução duradoura da pobreza. Segundo o FMI, Moçambique conseguiu reduzir exemplarmente a incidência de pobreza absoluta, caindo de 67% em 1997 para 54% em 2003. Os índices de pobreza sofreram quedas mais acentuadas nas zonas rurais que nas urbanas, fazendo do país o segundo do mundo (o primeiro é o Vietname) com reduções tão significativas num horizonte temporal tão curto. Futuros progressos nesta área são mais exigentes, uma vez que as reformas de primeira ordem já frutificaram. Melhorias ao nível de escolaridade básica, igualdade de género e contenção da prevalência de HIV/SIDA, metas consignadas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs), implicam maior dispêndio de recursos, cuja afectação não poderá pôr em causa a estabilidade económica atingida. Tanto mais que as contas públicas vivem equilíbrios precários e a inflação permanece em níveis elevados em termos regionais. Acresce que, doravante, a sustentabilidade do crescimento económico, como as autoridades reconhecem, exige acréscimo de produtividade e maior espaço ao sector privado. Estes objectivos deverão ser prosseguidos através da consolidação da estabilidade macroeconómica e melhoria da competitividade mediante a adopção de políticas monetárias e fiscais prudentes, de progressos no ambiente de negócios e de investimento, fomentando a criação de emprego e aumentando a transparência e responsabilização das instituições, designadamente no que respeita à gestão dos recursos naturais.

A agricultura é a actividade económica dominante em termos de emprego, embora o seu contributo permaneça muito dependente das condições climáticas. Por seu turno, a indústria é incipiente. O maior contributo industrial está associado a actividades extractivas e à concretização de projectos de investimento internacional com fracas ligações à estrutura produtiva local, inclusivamente ao nível da criação de postos de trabalho. Os serviços encontram-se em fase de desenvolvimento rápido, com destaque para a actividade bancária e de comunicações.

A economia moçambicana é fortemente dependente do auxílio externo e do investimento directo. Colocando esta dependência em perspectiva, importa referir que cerca de 50% do orçamento do Estado é financiado por fundos disponibilizados por doadores, enquanto mais de 70% da produção industrial é assegurada por mega-projectos: unidades produtivas de capital estrangeiro que geram reduzidos efeitos de contágio à restante economia, seja ao nível de criação de postos de trabalho, geração de receita fiscal ou fornecimento de consumíveis. Efectivamente, o principal mega-projecto, Mozal, fábrica de laminados de alumínio propriedade da BHP Billiton, a maior empresa mundial do sector, corresponde a 70% da produção industrial e a cerca de 50% das exportações. Deste modo, o principal desafio da economia moçambicana é garantir um crescimento sustentável e disseminado, abrangendo todos os sectores de actividade.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA**Indicadores seleccionados 2004-2007**

	2004	2005E	2006E	2007P
Crescimento real do PIB (%)	7.5	6.2	8.5	7.0
Inflação, fim de período (%)	9.1	11.2	9.4	6.0
Taxas de juro (Bilhetes do Tesouro, %)	10.5	10.0	16.0	-
Crescimento do M3 (%)	16.7	22.1	25.8	17.3
Taxa de câmbio efectiva (%)	17.5	-6.3	1.8	-
Reservas cambiais (meses de importações)	5.8	4.6	4.4	4.2
Saldo público (com doações, % PIB)	-4.5	-2.2	-1.5	-4.4
Saldo público (sem doações, % PIB)	-12.1	-8.6	-11.4	-15.8
Receitas domésticas do Estado (% PIB)	12.6	13.6	14.0	14.4
Balança corrente (com doações, % PIB)	-5.2	-9.1	19.6	-6.2
Exportações (USD milhões)	1,504	1,744	2,391	2,580
das quais: alumínio	915	1,021	1,401	1,385
Importações (USD milhões)	2,035	2,467	2,878	3,120
das quais: petróleo	214	261	346	353
Termos de troca (% variação)	25.3	22.5	59.0	1.9
IDE (USD milhões)	245	105	154	299

Fonte: FMI.

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMO MOTOR DE SUSTENTABILIDADE

Neste contexto, é fundamental o desenvolvimento da agricultura. Este sector representa 20% do PIB e, para além de proporcionar um nível mínimo de subsistência às populações, no que se refere às culturas de exportação: criam postos de trabalho, exigem a adopção de práticas e técnicas indutoras de formação da força de trabalho e de planificação da produção e suscitam o surgimento de indústrias incipientes, quer ao nível de processamento de produtos agrícolas quer ao nível de indústria ligeira associada à manutenção de equipamentos. Realce-se que em Moçambique, por uma questão de capital, qualificação profissional e custos, o desenvolvimento da indústria pesada é difícil. Os sectores mais promissores a prazo são: agricultura e agro-indústria, indústria ligeira (sobretudo metalomecânica) e turismo.

PLANOS PLURIENIAIS COMO INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Para o desenvolvimento destes sectores, são, contudo, indispensáveis políticas globais orientadas para a sua promoção. A política de desenvolvimento do país tem sido consignada através de planos plurienais designados por Planos de Acção para Redução da Pobreza Absoluta, conhecidos pela sua sigla: PARPA. O PARPA I (2001-2005) privilegiava os progressos em indicadores de desenvolvimento humano, relacionados com o cumprimento dos MDGs. No PARPA II (2006-2009), continua a enfatizar-se a redução dos níveis de pobreza absoluta dos actuais 54% para 45% em 2009; todavia, em vez de se privilegiar o investimento social, pretende-se assegurar a consolidação da estabilidade económica e a sustentabilidade do crescimento a prazo. Neste sentido, para além da concretização de importantes projectos de reabilitação de infra-estruturas, o governo visa levar a cabo um vasto conjunto de reformas, apelidadas de reformas de segunda geração. Estas englobam o incremento do controlo e transparência ao nível do sector público e a melhoria do ambiente de negócios. Estes dois objectivos pressupõem a informatização da elaboração e execução do orçamento, facilitando o controlo e gestão das contas da Administração Pública, o alargamento da base tributária, e o fortalecimento da máquina administrativa fiscal.

PRINCIPAIS DESAFIOS DA ECONOMIA**GESTÃO DA ESCALADA DO AUXÍLIO INTERNACIONAL**

Os principais desafios da economia moçambicana podem dividir-se em desafios de curto e de longo prazo. A escalada do auxílio internacional, motivo de regozijo das autoridades na medida em que atesta a reconhecida qualidade na utilização dos recursos disponibilizados, constitui um dos principais desafios de curto prazo. Desde 2006, a orientação do auxílio externo sofreu uma significativa alteração patente no último PARPA (2006-2009), enfatizando-se a afectação a actividades destinadas à promoção de crescimento económico sustentável,

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA

quando anteriormente dominava a orientação social estrita, amarrada ao cumprimento literal das metas associadas aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Actualmente, a obtenção destas metas ganhou uma interpretação mais lata, considerando-se o desenvolvimento económico e social de forma integrada. Para além da reorientação do objecto do auxílio, a efectiva canalização do apoio internacional para actividades relevantes também sofrerá alterações. Doravante, a gestão da ajuda externa passará a ser promovida no âmbito do Orçamento de Estado, assegurando um padrão mais regular de desembolso. Assim, os organismos internacionais de ajuda deixam de ter estruturas próprias no terreno para canalização e controlo dos fundos atribuídos, passando a ser responsabilidade do governo a atribuição, execução e controlo da afectação dos fundos. A sua gestão ganha flexibilidade, mas exige o fortalecimento das instituições e a sua descentralização, suscitando interrogações sobre o sucesso deste modelo no curto prazo.

GARANTIR SUSTENTABILIDADE DO CRESCIMENTO ATRAVÉS DE ATRAÇÃO DE IDE E DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADES LOCAIS

Moçambique necessita garantir sustentabilidade ao seu crescimento, este é o principal desafio de médio e longo prazo. Até, recentemente, tem conseguido assegurar uma expansão económica saudável ancorada na boa utilização da ajuda humanitária e na capacidade de atracção de investimento directo estrangeiro. Este, apesar de não criar fortes laços com o tecido produtivo local nem fomentar o emprego, tem-se relevado determinante para assegurar uma balança externa mais confortável. O IDE orientando-se para projectos que visam beneficiar de baixos custos energéticos, incentivos fiscais e/ou exploração de recursos naturais poderão não proporcionar a Moçambique as vantagens desejadas ao nível de transferência de tecnologia e conhecimentos e de tracção aos restantes sectores.

ATRAIR IDE PARA ASSEGURAR POSIÇÕES EXTERNAS E FISCAIS INDEPENDENTES DE AJUDA EXTERNA

Estes projectos internacionais são fundamentais para assegurar posições externas mais equilibradas, reduzindo a dependência do auxílio internacional, mas não conferem a almejada sustentabilidade do crescimento. Para Moçambique conseguir subir na cadeia de valor, terá necessariamente de reduzir os níveis de pobreza absoluta, o que será facilitado com um desenvolvimento agrícola mais eficiente. Neste sector, o país beneficia de algumas vantagens comparativas que poderá capitalizar, crescendo mais rapidamente ao nível das culturas de rendimento. O seu desenvolvimento assegura um nível de rendimento básico às populações que lhe poderá permitir subir degraus na escada do rendimento libertando recursos para o desenvolvimento industrial. Relembre-se que, historicamente, tem sido a criação de um sector manufactureiro local que tem fomentando fenómenos sustentados de crescimento em todo o mundo, sendo disso evidência recente os progressos no Sudoeste Asiático. A globalização impõe um custo forte ao aparecimento de indústrias locais tradicionais. É mais barato importar da Ásia que produzir em Moçambique. Por outro lado, o IDE orientado para Moçambique tem como argumento de implantação o aproveitamento de vantagens energéticas, de disponibilidade de recursos naturais e de localização, mas não de exploração de características da mão-de-obra. Têm sido operações capital-intensivas.

SURGIMENTO DE INICIATIVA PRIVADA

O desenvolvimento de manufacturas regionais implica o surgimento de uma classe de empresários locais e a sua actividade tenderá a emergir nas franjas das indústrias estrangeiras, designadamente ao nível de exploração de recursos naturais, e da agricultura, ao nível agro-industrial. Para estes empresários florescerem, as autoridades têm de continuar a envidar esforços no sentido de melhorar o ambiente de negócios, mas sobretudo alargar o espaço destinado à iniciativa privada. Desde a independência (mas já anteriormente), a iniciativa privada dispunha de margem de manobra limitada, tanto mais que a economia era de política central.

A melhoria do ambiente de negócios, prioridade assumida pelo governo, para além de privilegiar a redução da burocracia, deverá dar resposta a lacunas no que respeita a pouca tradição ao nível do governo empresarial (*corporate governance*) e à falta de concorrência. Segundo a OCDE, o fraco sistema judicial tem-se revelado ineficiente na resolução de disputas comerciais e na protecção de direitos de propriedade intelectual. O domínio dos incumbentes e a falta de concorrência nos serviços constitui um entrave ao desenvolvimento da iniciativa privada e eleva os custos de operar em Moçambique. Esta organização refere ainda outros custos como os elevados encargos com despedimentos, bem como as limitações à contratação de expatriados. O plano de acção traçado, embora muito ambicioso, parece esquecer que um dos aspectos mais importantes na criação de um ambiente favorável de negócio reside na criação de infra-estruturas e na existência de mão-de-obra qualificada, a par de uma tradição ou cultura enraizada de iniciativa privada. Ora, se as infra-estruturas e a qualificação demoram tempo a concretizar-se, a tradição e a cultura associadas exigem ainda mais tempo a sedimentarem-se. Donde, apesar das boas intenções das autoridades, do seu esforço e empenho, dificilmente os objectivos traçados no plano de acção serão concretizados, tanto mais que a concorrência global se encontra maioritariamente a andar na mesma direcção, dificultando a progressão no índice do Banco Mundial de fazer negócios.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA

Plano de acção para redução dos custos de fazer negócio

	2006	2007	2010	2012	2015
Facilidade de fazer negócio (<i>ranking global</i>)	153	110	60	45	26
Iniciar um negócio	139	70	45	35	25
Licenciamento	103	70	45	28	15
Contratação e despedimento	157	70	60	47	40
Registo de propriedade	105	95	65	40	23
Liquidação de impostos	80	70	55	36	14
Comércio transfronteiriço	141	90	72	46	32
Encerramento de actividade	126	110	60	50	35
Execução de contratos	168	130	70	45	28
Custo e qualidade da electricidade					
Custo de kWh (cêntimos, USD)	-	4	3	2	2
Número de apagões/mês	60	50	40	28	12
Custo de transporte (USD)					
Beira/Maputo contentor de 20 pés (por terra)	770	700	450	425	400
Valor acrescentado por trabalhador (USD)	1000	1500	2000	2500	3000

Fonte: FMI.

REFORÇO DAS INSTITUIÇÕES E DO ESTADO DE DIREITO

Presentemente, as autoridades têm de derrubar atavismos culturais enraizados, privilegiando a iniciativa privada. Para além da remoção de obstáculos burocráticos à iniciativa privada, as autoridades deverão favorecer a formação da mão-de-obra, investindo não só ao nível do ensino básico, mas também no que respeita ao ensino superior em áreas tecnológicas e de gestão. Uma vez que a ausência de capital (inclusive humano) é um dos flagelos da economia moçambicana, é crucial para o aparecimento de indústrias locais a obtenção de crédito. Para tal, as instituições têm de se fortalecer, robustecendo-se o estado de direito, a força vinculativa dos contratos e direitos associados à propriedade privada.

A melhoria do ambiente de negócios é uma tarefa exigente e prolongada, pois implica a eliminação de constrangimentos enraizados, demorando a concretizar-se. A sua operacionalização passa por: agilização do sistema judicial (muito precário); por levantamento de restrições à iniciativa privada (com destaque para a burocracia administrativa e o regime de propriedade da terra); por eliminação de estrangulamentos produtivos ao nível de transportes e fornecimento de energia; melhoria na qualificação da força de trabalho; e redução da taxa de prevalência de HIV/SIDA.

CONCLUSÃO

O sucesso da economia moçambicana passa pela criação de motores de crescimento sustentável, os quais passarão quase inevitavelmente pelo desenvolvimento da agricultura, agro-indústria, fornecimento de serviços aos países vizinhos do hinterland e turismo. Mas, para o futuro estar assegurado, Moçambique tem de mostrar que, para além de um caso de sucesso na gestão do auxílio internacional, é capaz de escapar à "maldição" da ajuda externa e da exploração de recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida das populações e o surgimento de empreendedorismo local indispensável à acumulação de capitais domésticos. Para tal, impõe-se o incremento dos esforços de monitorização da gestão pública, melhorando o seu controlo e transparência. Pois, à medida que Moçambique se torne mais independente do auxílio estrangeiro, poderá cair na tentação regional de maior opacidade, fenómeno a evitar, sob pena de pôr em risco o processo de desenvolvimento. Os outros grandes desafios que se colocam à economia moçambicana são: sustentabilidade económica num contexto de globalização, em que Moçambique dispõe de limitadas vantagens competitivas; sobrevivência ao incremento do auxílio externo e aos efeitos da sua canalização através do orçamento de Estado num ambiente de crescente descentralização das responsabilidades da Administração Pública; gestão da integração económica regional com países com a dimensão da África do Sul; contenção da epidemia do HIV/SIDA, que tende a afectar mais a população urbana, tendencialmente mais escolarizada, pondo em causa parte dos actuais investimentos na promoção da qualidade da força de trabalho.

CRONOLOGIA DA HISTÓRIA RECENTE

- 1962 Formação da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo).
- 1964 Intensificação do movimento de libertação através de guerrilha anti-colonial.
- 1975 Independência.
- 1977 Declaração de Estado marxista de partido único.
Surgimento do movimento de oposição militar encabeçado pela Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) e intensificação da guerra civil.
- Primeiros anos da década de 80: início das relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM).
- 1987 Primeiro programa de ajustamento estrutural sob os auspícios do FMI.
- 1986 Morte de Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique desde a independência e ascensão à presidência de Joaquim Chissano.
- 1990 Aprovação da primeira constituição democrática.
- 1992 Fim formal da guerra civil com a assinatura do Acordo de Roma. As Nações Unidas presidiram a um processo longo, mas bem sucedido de desarmamento e desmobilização.
- 1994 Realização das primeiras eleições democráticas com vitória da Frelimo.
- 2004 Últimas eleições presidenciais que deram a vitória a Armando Guebuza, actual presidente da República desde Janeiro de 2005.

AMBIENTE POLÍTICO

Após cerca de 30 anos de conflito militar intenso, sobretudo com carácter de guerrilha, primeiro como luta pela independência e depois enquanto guerra civil, desde 1992, Moçambique é apontado como um exemplo de progresso económico e social para o qual contribuiu decisivamente a estabilidade política. Em Novembro de 1990, foi aprovada a nova Constituição de raiz democrática, instituindo o regime presidencialista.

Desde a assinatura dos acordos de paz, realizaram-se três actos eleitorais, sendo os seus resultados considerados legítimos, não despertando controvérsias assinaláveis. A vitória tem sido sempre assegurada pela Frelimo, tendo-se a sua hegemonia consolidando ao longo do tempo. Um dos aspectos menos positivos do processo eleitoral é a elevação da abstenção, que passou de 15% em 1994 para 64% em 2004, embora reforce a noção de normalização e maturidade da vida política.

Resultados das duas últimas eleições nacionais

Partidos	% dos votos		Nº de lugares	
	1999	2004	1999	2004
Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)	48.5	62.0	133	160
Resistência Nacional de Moçambique (Renamo)	38.8	29.7	117	90
Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD)	n.d.	2.0	n.d.	0
União Democrática (UD)	1.5	0.3	0	0
Outros	11.2	5.9	0	0
Total	100.0	100.0	250	250
Presidentes				
Joaquim Chissano (Frelimo)	52.3	-	-	-
Armando Guebuza (Frelimo)	-	63.7	-	-
Afonso Dhlakama (Renamo)	47.7	31.7	-	-
Outros	0.0	4.5	-	-
Total	100.0	100.0	-	-

Fonte: EIU.

A Frelimo assume-se como principal força política, seguida da Renamo, que tem vindo a perder influência, embora continue a ser dominante nalgumas províncias da região norte. O actual Presidente, Armando Guebuza, sucedeu a Joaquim Chissano, após quinze anos à frente dos destinos do país. Ambos são dirigentes da Frelimo. Aliás, já o primeiro presidente, Samora Machel, era líder deste partido.

POPULAÇÃO: CONDIÇÕES DE VIDA E ÍNDICES DE POBREZA

Indicadores de Capital Humano e Infra-estrutura

	China	Índia	Moçambique	Uganda	África do Sul	Vietname	Tanzania	África Subsariana	ASEAN4
Índice de Desenvolvimento Humano ¹	81	126	168	145	121	109	162	n.d.	82
Esperança de vida à nascença (total de anos) ²	71.4	63.5	41.8	48.9	44.6	70.3	46.2	46.2	70.5
Taxa de literacia em adultos ²	90.9	61	33.5	66.8	82.4	90.3	69.4	n.d.	77.3
Redução da mortalidade infantil entre 1970 e 2004	59	65.4	63.6	19.8	n.d.	37.6	50.6	41.4	49
Mortalidade infantil (por 1000 nascimentos) ²	26	61.6	104.4	80.2	54	17.4	78.4	100.5	21
Rácio de pobreza por cabeça abaixo da linha nacional de pobreza (% da população) ³	17	28.6	54	33.8	n.d.	37.4	35.7	n.d.	32
Coefficiente de Gini ³	43.4	37.8	40.3	43	59.3	36.1	38.2	n.d.	42.9
PIB per capita (preços constantes de 2000 USD) ⁴	1444.8	586.5	291.7	267.4	3534.6	539	329.9	559.7	2231.1
Conclusão da escolaridade básica, total (% de grupo etário revelante) ²	n.d.	83.6	29	61.1	95.6	100.8	55.6	61.1	96.5
Rácio de inscrição na escolaridade básica ²	n.d.	89.7	71	n.d.	90	93	85.9	n.d.	89.3
Melhoria no abastecimento de água (% da população com acesso) ²	77	86	43	60	88	85	62	56.2	90
Terra irrigada (% da terra arável) ²	35.3	32.9	2.6	0.1	9.5	33.4	3.6	3.6	15.1
Subscritores de telemóvel (por 1000 habitantes)	258.3	43.8	36.4	41.9	428.5	60.4	43.6	74.1	389.6
Consumo de energia eléctrica (kWh per capita) ²	1378.5	435.3	338.5	n.d.	4503.7	433.1	54.4	513	1456.7
Incidência de HIV ⁴	0.1	0.9	16.1	6.7	18.8	0.5	6.5	6.2	0.5

Fonte: FMI.

Nota: ¹ Dados de 2006; ² Dados de 2004; ³ Dados de 2000 excepto Moçambique (2002); ⁴ Dados de 2005.

POPULAÇÃO

Segundo estimativas das Nações Unidas, a população moçambicana terá atingido os 20.2 milhões de habitantes em 2006, tendo a taxa de crescimento da população estabilizado em 2%/ano após o fim da guerra civil com o regresso dos refugiados e com a melhoria do baixo rácio homens/mulheres.

De acordo com dados do Banco Mundial, a população activa foi estimada em 9.6 milhões em 2006 (9,2 milhões, segundo o INE Moçambique). O sector primário, incluindo: agricultura, pescas e silvicultura, deverá empregar cerca de 80% da força de trabalho. O sector formal ainda é dominado, representando apenas cerca de 350 000 trabalhadores em 2005, o que, de algum modo, se relaciona com a hegemonia do sector agrícola.

A emigração é um fenómeno secular relevante para a economia moçambicana, com reflexo nas contas externas através da rubrica de remessas de emigrantes. O destino preferido dos emigrantes é a África do Sul, designadamente para o trabalho nas minas. Atentando a estatísticas oficiais, existem cerca de 75 000 emigrantes na África do Sul, estando 60 000 empregados em minas. Contudo, apesar do aumento do controlo de imigrantes pelo governo de Pretória, estima-se que o número efectivo seja significativamente superior, tanto mais que o fenómeno de emigração ilegal parece ter-se acentuado nos últimos tempos (o que poderá explicar o acréscimo do número dos imigrantes ilegais devolvidos pelos serviços sul-africanos).

CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS

CONDIÇÕES DE VIDA

Em 2006, Moçambique ocupava a posição 168 do Índice de Desenvolvimento Humano no conjunto de 177 países.

Principais Indicadores de Desenvolvimento I

	Crescimento		População		PNB USD per capita	PPP medida p/PNB USD per capita		
	Milhões	médio anual (%)	Densidade populacional por Km2	População entre 0-14 anos (%)		Mil milhões	Mil milhões	per capita
Moçambique	20	2.0	25	44	6.1	310	25	1270
Angola	16	2.9	13	46	21.5	1350	35	2210
Botswana	1.8	0.1	3	38	9.2	5180	18	10250
Gana	22	2.2	97	39	10.0	450	52	2370
Mali	14	3.0	11	48	5.1	380	14	1000
Mauritânia	3	3.0	3	43	1.7	560	7	2150
Quênia	34	2.2	60	43	18	530	40	1170
Senegal	12	2.4	61	43	8.2	710	21	1770
Tanzânia	38	2.0	43	43	12.7	340	28	730
Uganda	29	3.5	146	50	7.9	280	43	1500
Zâmbia	12	1.7	16	46	5.7	490	11	950
Zimbabué	13	0.6	34	40	4.5	340	25	1940
África Subsaariana	741	2.3	31	44	552.2	745	1469	1981

Fonte: Banco Mundial - "World development report 2007".

Principais Indicadores de Desenvolvimento II

	Tx. Crescimento PIB per capita (%)	Esperança de vida à nascença (anos)		Taxa de Literacia dos adultos (15 e mais anos) (%)	Emissões de CO2 (toneladas métricas per capita)
		Homens	Mulheres		
Moçambique	5.7	41	42	47	0.1
Angola	11.5	40	43	67	0.5
Botswana	4	36	35	81	2.3
Gana	3.7	57	58	58	0.4
Mali	2.3	48	49	19	0.0
Mauritânia	2.3	52	55	51	1.1
Quênia	0.4	49	48	74	0.2
Senegal	3.7	55	57	39	0.4
Tanzânia	5.0	46	47	69	0.1
Uganda	1.9	48	50	67	0.1
Zâmbia	3.4	39	38	68	0.2
Zimbabué	-7.6	38	37	-	1.0
África Subsaariana	3.1	46	47	-	0.7

Fonte: Banco Mundial - "World development report 2007".

Nos últimos anos, as autoridades têm vindo a desenvolver um importante esforço de melhoria da qualidade de vida das populações e das suas condições de vida, tentando reduzir activamente a pobreza extrema. Concretamente, desde 1997, altura em que a pobreza atingia 69% da população, a sua incidência caiu consideravelmente para 54% em 2003.

OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (MGDs)

A maior parte do esforço de melhoria das condições de vida enquadra-se no projecto do Banco Mundo de cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs); programa que Moçambique tem vindo a executar exemplarmente. Todavia, não obstante os progressos alcançados, estes não são suficientes para assegurar a sua sustentabilidade a prazo. Concretamente, as autoridades locais e internacionais estão conscientes que os bons resultados alcançados estão, de facto, em risco. A sua manutenção e melhoria a prazo implica que: primeiro, o país consiga gerar internamente fontes de receita, que garantam a sobrevivência da população no futuro, libertando-a da dependência do auxílio externo no prazo de uma geração; segundo, o combate à disseminação do HIV/SIDA seja bem sucedido, sob pena

CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS

dos progressos actuais serem postos em causa. O maior investimento educativo e social está a ser realizado junto das camadas mais jovens e educadas da população, as quais apresentam índices de prevalência mais elevados.

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Erradicar a pobreza e melhorar a qualidade de vida I

	Ano do Relatório	Percentagem do quinto mais pobre no consumo nacional ou no rendimento	Erradicar a pobreza extrema e a fome		Alcançar a educação primária universal		Promover a igualdade entre os sexos e capacitar as mulheres	
			Prevalência de crianças malnutridas % de crianças abaixo dos 5 anos		Ciclos completos do ensino básico %		Rácio de paridade entre os sexos no ensino primário e no ensino secundário	
			1989-94a	2000-04a	1991\	2004	1991	2004
Moçambique	1996-97	6.5	-	24	-	30	72	82
Angola	-	-	20	31	35	-	-	-
Botswana	-	-	-	-	-	-	-	-
Gana	1998-99	5.6	27	22	63	72	79	91
Mali	1994	4.6		33	11	44	59	74
Mauritânia	2000	6.2	48	32	33	43	67	96
Quênia	1997	6.0	23	20	-	91	94	94
Senegal	1995	6.4	22	23		45	69	90
Tanzânia	Jan-00	7.3	29	-	61	54	97	-
Uganda	1999	5.9	23	23	-	57	82	97
Zâmbia	Mar-02	6.1	25	23	-	66	-	93
Zimbabué	1995	4.6	16	-	99	80	92	96
África Subsaariana	-	-	-	29e	51f	61g	80	83

FFonte: Banco Mundial - "World development report 2007"

Notas: e - Dados de 1995-2000; f - dados de 1989-94; g - dados de 2000-05.

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Erradicar a pobreza e melhorar a qualidade de vida II

	Reduzir a mortalidade infantil		Melhorar a saúde materna		Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças	
	Mortalidade infantil (por 1 000, crianças com < 5 anos)		Mortalidade das mães por 100 000 nascimentos		% de casos de SIDA na população com idades entre os 15 e os 49 anos	
	1990	2004	2000	Estimativas calculadas através de modelo 1990-94a	Nascimentos assistidos por equipa médica qualificada % do total 2000-04a	2005
Moçambique	235	152	1000	-	48	16.1
Angola	260	260	1700	-	45	3.7
Botswana	-	-	-	-	-	-
Gana	122	112	540	44	47	2.3
Mali	250	219	1200	-	41	1.7
Mauritânia	133	125	1000	40	57	0.7
Quênia	97	120	1000	45	42	6.1
Senegal	148	137	690	47	58	0.9
Tanzânia	161	126	1500	44	46	6.5
Uganda	160	138	880	38	39	6.7
Zâmbia	180	182	750	51	43	17.0
Zimbabué	80	129	1100	69		20.1
África Subsaariana	185	168	921	43	42	6.2

Fonte: Banco Mundial - "World development report 2007"

Notas: e - Dados de 1995-2000; f - dados de 1989-94; g - dados de 2000-05.

CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS

EDUCAÇÃO

Uma vez que cerca de 60% das escolas foram encerradas durante a guerra e, na medida, em que os MDGs dedicam muita atenção aos indicadores de instrução, o governo tem vindo a aumentar significativamente a despesa afectada a este sector, atingindo cerca de 20% da despesa pública de 2006. Desde 1997, a percentagem de alunos inscritos duplicou, concentrando-se os esforços das autoridades na consagração da universalidade do ensino. Consequentemente, a taxa de literacia em adultos subiu de 34% para 47% entre 1992 e 2004. Entretanto, a percentagem de crianças nas escolas subiu de 50% em 1999 para 83.4% em 2005. Apesar dos progressos ao nível da escolaridade básica, permanecem lacunas importantes ao nível da educação superior, havendo apenas duas universidades em Moçambique e poucos institutos superiores, dificultando a melhoria da qualificação da mão-de-obra.

Número de Escolas e Alunos						
	2003	2004	2005	2006	2007	Variação % 2007/2006
Nº. Escolas						
Escolas primárias de nível 1	8,071	8,373	8,696	8,954	9,337	4.3%
Escolas primárias de nível 2	950	1,116	1,320	1,514	1,849	22.1%
Escolas secundárias de nível 1	125	140	156	216	252	16.7%
Escolas secundárias de nível 2	29	30	35	49	56	14.3%
Total	9,175	9,659	10,207	10,733	11,494	7.1%
Nº. de Alunos inscritos						
Escolas primárias de nível 1	2,825,971	3,071,564	3,393,677	3,597,392	3,945,622	9.7%
Escolas primárias de nível 2	355,618	409,279	452,888	496,031	639,454	28.9%
Escolas secundárias de nível 1	141,795	168,798	210,128	257,729	307,806	19.4%
Escolas secundárias de nível 2	18,291	21,350	25,737	35,450	43,210	21.9%
Total	3,341,675	3,670,991	4,082,430	4,386,602	4,936,092	12.5%

Fonte: EIU e PES 2007.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas autoridades no seu esforço de promoção da escolaridade radica na falta de professores, tanto mais que cerca de 44% dos actuais professores não dispõem de qualificação específica. À medida que o número de alunos tem crescido, o rácio de alunos por professor tem-se elevado significativamente (62:1 em 1999 para 74:1 em 2005). Este estrangulamento tende a agravar-se, pois estimava-se que, em 2003, 17% dos professores estavam infectados com HIV/SIDA, taxa que deverá aumentar nos próximos anos. Para ultrapassar este problema, as autoridades têm vindo a desenvolver programas de formação acelerada de professores, visando o aumento do número anual de professores formados: passando de cerca de 3500/ano para 6000.

SAÚDE

No âmbito dos MDGs, os esforços de aumento dos cuidados primários de saúde da população, de acesso a água potável e de melhoria da situação nutricional têm sido bem sucedidos. Todavia, a incidência de doenças infecto-contagiosas tem permanecido em patamares elevados, registando-se mesmo, nalguns casos, retrocessos: aumento do número de casos diagnosticados de malária e cólera.

HIV/SIDA, estimativas de 2005

('000, excepto quando indicado)

População infectada (final do ano)	1 800
Adultos (15-49)	1 600
Mulheres	960
Crianças	140
Taxa de prevalência em adultos (%)	16.1
Mortes por SIDA	140
Crianças que perdem os pais por SIDA	510

Fonte: EIU.

CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS

O maior flagelo de saúde em Moçambique é o HIV/SIDA. Com uma taxa de prevalência de cerca de 16% apenas encontra comparação com países como a Zâmbia e África do Sul. A taxa de contágio é extremamente elevada, na medida em que no início da década de 90 a incidência da doença era significativamente inferior à dos seus vizinhos. Estima-se que sejam infectados cerca de 500 moçambicanos por dia. O programa das Nações Unidas assume que a taxa de contágio entre a população sexualmente activa tenha subido de 8.1% em 1998 para 16.1% em 2005. A taxa de prevalência varia muito consideravelmente ao longo do país, sendo mais alta nas regiões fronteiriças e das zonas dos três corredores de desenvolvimento (Nacala, Beira e Maputo). A população urbana e mais educada apresenta taxas de contágio superiores, bem como os funcionários públicos. Segundo o INE, a doença terá reduzido em cinco anos a actual esperança de vida e a UNAIDS prevê que este indicador caia de cerca de 41.6 anos, actualmente, para 36 anos, em 2010, se o ritmo de propagação na doença não for contrariado.

A distribuição de tratamento anti-viral aos infectados apenas se iniciou nos últimos anos, alcançando somente cerca de metade dos doentes diagnosticados. O programa de fornecimento desta medicação é financiado parcialmente, pela iniciativa internacional de alívio da dívida aos países pobres altamente endividados. O combate a esta doença passará necessariamente pelo aumento da distribuição de medicação, mas igualmente pela mudança de hábitos e tradições, bem como por campanhas de sensibilização e pela eliminação de tabus associados. Neste sentido, o envolvimento da sociedade civil tenderá a revelar-se preponderante.

RECURSOS NATURAIS

O país apresenta alguma diversidade climática, caracterizando-se o sul, mais plano, por maior frequência de secas. No norte e centro, a pluviosidade aumenta, sendo menos errática. É também nestas regiões que a densidade populacional aumenta, o que não será estranho, dado o incremento das condições naturais para o desenvolvimento da agricultura.

Existem quatro rios importantes: Limpopo, Lurio, Save e Zambeze, os quais, sobretudo este último proporciona importante capacidade hidroeléctrica. Moçambique dispõe de um potencial de geração hidroeléctrica de cerca de 12 500 mw, 80% dos quais concentrados ao longo do Zambeze. Este é um dos recursos mais importantes do país perante vizinhos com importantes estrangulamentos energéticos. A maioria da produção de energia eléctrica produzida na Barragem de Cahora Bassa através da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) é exportada para os vizinhos. A África do Sul depara-se com constrangimentos produtivos devido à escassez de energia para satisfação das necessidades crescentes; daí a aquisição de energia e a deslocação de unidades produtivas para Moçambique. Está em estudo a ampliação da capacidade geradora de HCB, bem como a construção de mais barragens ao longo dos rios Zambeze e Lúrio, o que implicará um acréscimo significativo da oferta de energia de Moçambique, constituindo uma importante fonte de receita externa. Estes investimentos, a que se juntam outros ligados à construção de novas centrais termo-eléctricas alimentadas a carvão e a gás natural, inserem-se num plano mais vasto destinado a transformar Moçambique num importante exportador regional de energia.

A rede nacional de distribuição de energia está subdesenvolvida e pouco integrada. As redes distribuidoras de electricidade das regiões centro e norte são alimentadas directamente por HCB. Mas a electricidade fornecida às províncias do sul pela Electricidade de Moçambique (EDM), embora tenha origem na HCB provém da África do Sul, mediante um acordo de transferência energética, na medida em que não há ligação entre a geradora e a rede de distribuição no sul do país. Zonas remotas continuam a depender de fontes de alimentação locais, como geradores a diesel. Em 2006, apenas 9.4% da população dispunha de acesso a electricidade e 84% do consumo era efectuado pela fábrica de fundição de alumínio Mozal; mas a rede encontra-se em fase de expansão com ligação de todas as províncias a HCB e a procura tenderá a crescer nos próximos anos.

Moçambique dispõe de jazidas de carvão na província de Tete, conhecidas pelas minas de Moatize, cuja exploração foi adjudicada à empresa brasileira Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), uma das principais empresas mundiais do sector. O início está previsto para 2010, aguardando-se a conclusão da reabilitação da linha ferroviária que serve de ligação ao porto da cidade da Beira. O reinício da exploração comercial destas minas integra o conjunto de projectos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), designados de mega-projectos, que pretende dinamizar a indústria local, criar postos de trabalho, gerar receitas fiscais e de exportação conferindo sustentabilidade ao crescimento económico.

Moçambique dispõe de reservas de gás natural e petróleo. Apesar de identificadas jazidas de petróleo, as reservas de gás natural são mais interessantes, oferecendo maior potencial de exploração comercial. Actualmente, existem várias petrolíferas internacionais com direitos de exploração: Norsk Hydro (Noruega), Anadarko Petroleum (EUA), Petronas (Malásia), Petrobrás (Brasil), BP (Reino Unido), Artumas (Canadá), British American Natural Gas Group, Sasol e PetroSA (ambas da África do Sul). As áreas de exploração petrolífera e de gás situam-se no norte do país entre a fronteira com a Tanzânia e a cidade de Nacala, na Bacia do rio Rovuma.

A actividade relacionada com o gás natural é intensa e, presentemente, concentra-se na província de Inhambane (campos de Pande e Temane), tendo justificado a construção de um gasoduto pela empresa petrolífera sul-africana Sasol. Este investimento é conhecido pelo mega-projecto: gasoduto da Sasol. O seu custo ascendeu a 1.2 mil milhões de dólares, tendo uma extensão de 865 km e capacidade de exportação de 120 milhões de gigajoules de gás por ano, estando prevista a duplicação da sua capacidade para breve. As receitas de exportações proporcionadas por este projecto estimam-se em 100 milhões de dólares.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Os transportes e as comunicações terrestres por via férrea e rodoviária têm sido fundamentais para o desenvolvimento de Moçambique e dos seus vizinhos, proporcionando-lhes acesso directo ao mar. Este é facultado através dos designados corredores (de ligação aos portos) de Nacala e da Beira que, constituem a porta para o Oceano Índico, respectivamente, do Malawi e Zimbabue. Existe um terceiro corredor que corresponde à ligação do porto de Maputo ao norte da África do Sul. Estes corredores consistem em ligações ferroviárias, que têm

ELEMENTOS ESTRUTURAIS

vindo a sofrer obras de beneficiação, financiadas maioritariamente por doadores. Apesar da importância destes portos para a actividade económica local e regional e da sua pujança antes da guerra, o conflito e as suas sequelas para o seu declínio. Recentemente, tem-se intensificado a actividade portuária para destinos domésticos para a África do Sul (porto de Durban), indicando incremento dos movimentos comerciais regionais, designadamente na zona norte do país envolvendo os portos de Nacala, Quelimane e Pemba. O porto da Beira tem sido penalizado pela crise económica que assola o Zimbabwe, enquanto Maputo, que perdeu importância como interposto regional para Durban durante a guerra, tem demorado a recuperar a relevância passada devido às estruturas obsoletas e aos custos elevados, apesar das condições naturais excepcionais. Antes da independência, eram descarregadas 16 mil toneladas/ano no porto de Maputo. Contudo, durante a guerra, o tráfico caiu para cerca de 2 000 ton/ano. Actualmente, as descargas atingem cerca de 7 000 ton/ano, aquém dos objectivos oficiais fixados em 15 000 ton para 2007 e 17 000 ton em 2010. As obras de beneficiação em curso visam facilitar a concretização deste objectivo.

A reabilitação das redes rodoviária e ferroviária tem sido uma das principais preocupações das autoridades moçambicanas, inserindo-se no plano de redução da pobreza. Efectivamente, a mobilidade de pessoas e bens tende a promover a actividade económica e a melhoria da qualidade de vida das populações. Relativamente à rede rodoviária, está em curso uma nova fase do Programa Integrado do Sistema de Estradas (PRISE) que abarca os anos de 2007 a 2011. Este programa, com um custo estimado de 1.14 mil milhões de dólares, visa não só a reabilitação de estruturas existentes, mas a criação de novas. Entre as novas infra-estruturas, destaque para a construção da ponte sobre o Rio Zambeze, que ao estabelecer, pela primeira vez, ligação directa entre as regiões norte e sul do país, possibilitará o escoamento de produção agrícola excedentária do norte para o deficitário sul.

Reabilitação da Rede Rodoviária

(Km, excepto quando indicado)

	2003	2004	2005	2006	20078P)
Estradas principais	64	104	76	289	297
Estradas secundárias	171	56	498	168	20
Estradas locais/regionais	592	100	801	574	610
Reabilitação total	827	260	1 375	1 031	927
Manutenção periódica	396	156	1 004	2 016	1 197
Manutenção de rotina	10 5912	4 020	10 592	16 739	17 200
Construção/Manutenção de pontes	15	5	4	10	21

Fonte: EIU e PES 2007.

Como na maioria dos países africanos, as telecomunicações estão a evoluir a duas velocidades: o segmento de rede fixa está em declínio enquanto a rede móvel se expande vertiginosamente. A rede fixa é explorada em regime de monopólio pela empresa estatal Telecomunicações de Moçambique (TDM), operando uma rede de cerca de 69 700 linhas, ou seja 0.35 linhas por cada 100 habitantes, no que constitui um dos rácios mais baixos do continente africano. A expansão do serviço de telecomunicações tem sido assegurada através do crescimento da rede móvel. O número de subscritores terá subido de 12 200 em 1999 para 2.2 mil milhões em 2006, estendendo-se a cobertura a todas as principais cidades e estradas do país. Existem duas empresas de comunicações móveis: MCell, criada pela TDM em 1997, mas mais tarde separada, dispunha de 1.7 milhões de assinantes em 2006; e a Vodacom, fundada pela Vodafone South Africa em 2005, subsidiária da Vodafone (UK), tinha 490 000 assinantes em 2006.

Comunicações, 2006

Principais linhas telefónicas	69 700
Principais linhas de telefone por 100 habitantes	0.35
Total de assinaturas de telefone ('000)	1 290
Assinaturas telefónicas por 100 habitantes	6.52
Total de assinaturas de telefone móvel ('000)	2 220
Assinaturas de telefone móvel por 100 habitantes	6.16
Utilizadores de internet (estimativas)	138 000
Servidores de internet	7 167

Fonte: EIU, INE (Moçambique).

MERCADO DE TRABALHO

Numa população de cerca de 20 milhões, 50% possui idade superior a 15 anos, estimando o INE de Moçambique que a população activa corresponda a 91.8% da população com idade superior a 15 anos, ou seja, cerca de 9.2 milhões de pessoas. Destaque-se que a taxa de participação feminina atinge os 77.6% enquanto a masculina se situa em 72.3%. O desemprego atinge 18.7% da população activa, ascendendo a 31% nas áreas urbanas. As mulheres são mais afectadas, atingindo a taxa de desemprego feminino 21.7% no total e 35.7% nos centros urbanos. Em termos regionais, Maputo, cidade e província, é a região mais flagelada com taxa de desemprego de 40% e 36%, respectivamente, sendo seguida pela província de Niassa, a norte, com uma taxa de 31.7%. No que respeita ao nível de educação, são os detentores do grau secundário e superior os que defrontam maiores dificuldades em encontrar emprego, encontrando-se 34% no desemprego.

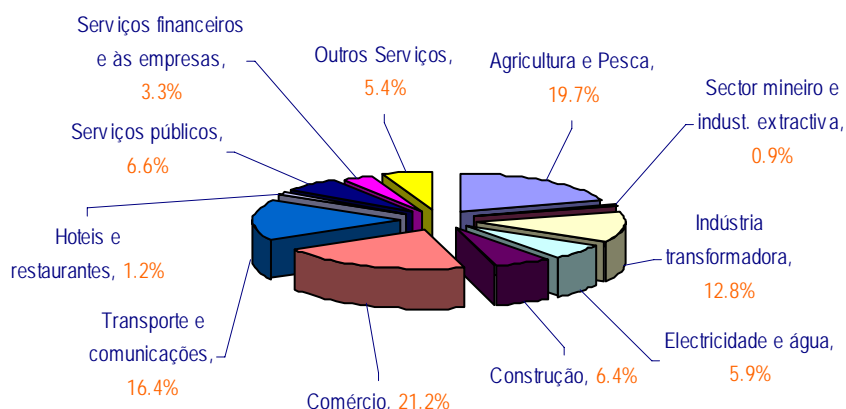
O emprego por conta própria é o principal empregador, respondendo por 62% do emprego em Moçambique (60.2% emprego por conta própria sem empregados e 1.9% emprego por conta própria com empregados). Segue-se o sector privado com 6.8% e o Estado (Administração Pública mais sector empresarial) com 4%. Releva ainda a situação de trabalhador familiar sem remuneração, descrição que corresponde a 25% dos empregados. Esta caracterização do mercado de trabalho reflecte a precaridade do emprego em Moçambique e evidencia a estrutura eminentemente familiar, de base agrícola, do tecido produtivo do país.

ESTRUTURA ECONÓMICA

A economia moçambicana, dada a longevidade do conflito armado e o ainda recente período de paz, é dominada pela ausência de infra-estruturas, por uma economia de subsistência e por extrema dependência externa. Contudo, a estabilidade social e política tem proporcionado condições favoráveis para uma rápida normalização da actividade económica, materializada num ritmo de crescimento económico acelerado. Esta evolução não impede que, como se referiu, Moçambique permaneça como uma das economias mais pobres da região.

Ao contrário de alguns dos seus pares, a economia moçambicana é diversificada. As principais actividades são: a agricultura, transportes, comércio, energia, pescas e turismo. O comércio e transportes representam 35% do produto gerado internamente, seguidos pela agricultura. A construção e indústria têm vindo a ganhar relevo nos últimos anos à custa do processo de reabilitação de infra-estruturas e do desenvolvimento de projectos de IDE.

Estrutura do PIB por sector, 2005



Fonte: OCDE.

AGRICULTURA

A agricultura representa cerca de 20% do PIB e emprega mais de 78% da força de trabalho. Este facto enfatiza a natureza dual deste sector: a convivência da agricultura de subsistência com a agricultura de rendimento. Apesar do carácter dominante de subsistência, manifesto na forte dependência das condições climáticas, as culturas de rendimento estão a ganhar relevância, conferindo a prazo, maior estabilidade ao produto agrícola. As principais culturas são: milho e mandioca no que respeita às culturas de subsistência; açúcar, algodão e caju no âmbito das culturas de rendimento. O tabaco e o arroz são culturas em expansão, enquanto o caju revela sinais de retracção.

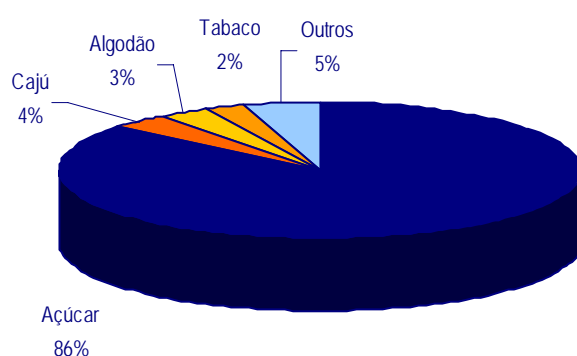
Produção agrícola							Variação %	
(unidade: ton.)	2001	2002	2003	2004	2005	Peso (%)	2005/2006	2006/2007
Culturas básicas						77.2	6.5	34.4
Mandioca	5,957,000	5,925,000	6,150,000	6,413,000	6,635,000	74.8	10.5	7.1
Milho	1,143,000	1,236,000	1,248,000	1,435,000	1,382,000	15.6	12.7	3.5
Mapira (Sorgo)	314,000	314,000	315,000	331,000	308,000	3.5	124.2	0.0
Feijão	154,000	177,000	180,000	193,000	201,000	2.3	-0.1	7.4
Arroz em casca	167,000	168,000	200,000	187,000	174,000	2.0	42.6	14.3
Amendoim descascado	109,000	110,000	110,000	132,000	132,000	1.5	2.7	5.3
Mexoeira	62,000	50,000	48,000	51,000	36,000	0.4	-	-
Culturas de rendimento						22.8	-5.4	13.7
Cana de açúcar	675,623	1,586,260	1,940,799	1,873,262	2,246,985	85.7	0.0	166.7
Castanha de caju	53,613	50,177	63,818	42,988	104,337	4.0	-39.8	19.4
Algodão caroço	71,000	82,980	54,144	92,000	78,500	3.0	38.8	11.2
Coco	29,631	45,740	47,600	47,000	74,000	2.8	-	-
Tabaco (folha)	11,170	25,611	37,051	49,528	65,042	2.5	6.3	0.0
Citrinos	9,240	24,025	30,000	30,000	30,000	1.1	0.0	0.0
Chá (folha verde)	9,029	12,579	12,690	15,127	16,000	0.6	-	-
Girassol	6,460	4,149	6,400	6,127	7,000	0.3	-	-

Fonte: INE (Moçambique), PES 2007.

ANÁLISE SECTORIAL

Para o bom desempenho agrícola são fundamentais condições climáticas favoráveis, mas igualmente uma planificação adequada, sobretudo para as culturas de rendimento, devido ao regime de exploração específico. Em Moçambique, as culturas de rendimento são exploradas em regime de concessão. É definida uma área de exploração e acordado um preço unitário entre o Estado e um concessionário. Este, depois de estabelecido o preço para determinada cultura, dirige-se à região concessionada e contacta os proprietários das explorações propondo-lhe a produção daquela cultura ao preço definido com o governo. Os proprietários poderão ou não acordar na entrega a sua produção ao concessionário, embora, no caso de produzirem aquele produto não o poderem vender a outro. O concessionário encarrega-se, então, do fornecimento das sementes e dos consumíveis para a produção, recolhendo no fim o produto das explorações concessionadas ao preço acordado. Para este sistema de produção funcionar, os concessionários têm de contratar com a necessária antecedência os produtores, fornecendo-lhe os inputs produtivos. Existe sempre um risco elevado de venda do produto a outro concessionário que surja a oferecer um preço mais elevado próximo da colheita e a área de cultivo e conseqüente produção oscila muito de ano para ano, procurando os proprietários cultivar em cada ano a cultura mais rentável.

Composição das culturas de exportação (2005)



Fonte: INE (Moçambique).

As principais culturas de rendimento são: açúcar (líder no sector), algodão, tabaco, com forte crescimento, e caju. Nos últimos anos, tem-se verificado um esforço na diversificação de culturas, com a introdução do tabaco, mas permanece limitada. Embora Moçambique seja o principal produtor mundial de caju, espera-se a queda da produção. As árvores encontram-se envelhecidas e a sua substituição por novas está decorrer de forma lenta. Tradicionalmente, o cajueiro é mais uma árvore na plantação e, recentemente, não se têm plantado novas árvores, privilegiando culturas que proporcionam rendimentos superiores. Neste caso, destacam-se o acréscimo das áreas de cultivo de arroz e tabaco. A agricultura em Moçambique enfrenta outro obstáculo adicional. Apesar do Sul ser deficitário em bens alimentares, designadamente arroz e milho, estas produções são excedentárias no Norte. Todavia, estes excedentes não podem ser escoados do Norte para Sul devido à inexistência de infra-estruturas de transporte. Assim, o Norte exporta para outros países da região o seu excesso de produção, enquanto o Sul importa do exterior os alimentos que carece, colocando um entrave natural ao desenvolvimento de um mercado interno integrado de bens agrícolas.

A agricultura é um sector fundamental em termos de relações comerciais internacionais. De facto, excluindo as exportações associadas a mega-projectos e as pescas, os principais produtos de exportação são agrícolas, concretamente: algodão, tabaco, açúcar e caju. Apesar destas culturas revelarem uma produção relativamente errática, têm vindo a aumentar com principal destaque para o algodão.

Contributo para as exportações (em milhões de USD)

	2004	2005	Peso (%)	Varição (%)
Amêndoa de caju	8	5.5	0.3	-31.3
Algodão	35.8	56.3	3.2	57.3
Açúcar	25.8	37.7	2.2	46.1
Tabaco	40.9	43.2	2.5	5.6
Madeira	30	32.4	1.9	8.0
Castanha de caju	21.2	17.6	1.0	-17.0

Fonte: INE (Moçambique).

ANÁLISE SECTORIAL

Para além das culturas de rendimento tradicionais, têm vindo a ganhar relevância novas culturas de maior valor comercial, designadamente: citrinos, óleos (particularmente associados ao girassol) e produtos hortícolas. O tabaco tem-se vindo a assumir como cultura fundamental, disputando com o algodão a liderança das exportações. O acréscimo de produção tem beneficiando do aumento de investimento de fazendeiros oriundos do Zimbawe, que devido à instabilidade daquele país e com apoio das autoridades moçambicanas estão a estabelecer-se na província de Manica. Contudo, estas fazendas enfrentam dificuldades operacionais que respeitam não só à ausência de infra-estruturas de transporte, que impedem o adequado escoamento da produção ou a recepção de consumíveis, mas também à falta de capacidade de manutenção das alfaías agrícolas e de apoio agrícola especializado ao nível de selecção de sementes, fertilizantes, sementeira, recolha,... Associadas ao cultivo do algodão e do tabaco têm emergido unidades manufactureiras de processamento destes produtos. Em 2005, no âmbito do esforço das autoridades de promoção do processamento interno da produção de tabaco, enfatizada pela decisão de condicionamento da atribuição das melhores terras para cultivo de tabaco ao seu processamento local, a subsidiária da empresa americana Universal Leaf Company inaugurou uma fábrica local de processamento de tabaco, a segunda em dimensão em África, correspondendo a um investimento de 55 milhões de USD.

O sector florestal é igualmente fundamental para a economia moçambicana, dada a riqueza e diversidade da florestal local. O país dispõe de uma área para floresta estimada em 19 milhões ha. As madeiras tropicais são as mais valiosas e a exportação de madeira não processada representa cerca de 2% do total das exportações. Na realidade, o valor total efectivamente exportado deverá ser superior devido à intensificação do abate ilegal de espécies de elevado valor comercial, apesar das tentativas governamentais de controlo.

Na província de Niassa, surgiram em 2006, dois projectos de exploração florestal: eucaliptos e pinheiros, correspondendo a investimentos no valor de 80 milhões de USD para os próximos vinte anos. Várias empresas estrangeiras encontram-se em negociações com as autoridades para investimento no sector, existindo expectativas de investimentos de 100 a 150 milhões de USD na próxima década, tornando viável uma indústria de celulose.

PESCAS

Antes do surgimento dos mega-projectos, a indústria pesqueira, designadamente, relacionada com o camarão, era a principal fonte de exportações do país. Recentemente, têm vindo a realizar-se investimentos estrangeiros em aquacultura. Apesar do domínio do camarão, existem capturas de outras espécies, inclusivamente de peixes de água doce. A queda dos preços internacionais do camarão tem condicionando a evolução deste sector, que revela sinais de estagnação.

Produção piscícola (Industrial e semi-industrial)						
unidade: toneladas capturadas						
	2003	2004	2005	Peso (%)	2007	Tx. cresc.(%)
Crustáceos	9652	9874	11773	38.0	-	-
Camarão ¹	8022	8563	9691	31.3	9200	7.0
Gamba	1425	993	1774	5.7	1850	2.8
Lagostim	124	132	149	0.5	100	0.0
Lagosta	-	2	1	0.0	2	0.0
Carangueijo	81	184	158	0.5	160	6.7
Peixe	19503	34027	19047	61.5	-	-
do qual: de água doce	10978	18760	12991	41.9	-	-
Moluscos	131	195	165	0.5	160	23.1

Fonte: INE (Moçambique), PES 2007.

Nota: ¹. Inclui aquacultura.

INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Moçambique desfruta de consideráveis potencialidades de exploração mineira. Embora o contributo deste sector para o PIB seja limitado (menos de 1% em 2005), está a crescer a um ritmo acelerado. Destaca-se o aumento da produção de carvão com a modernização da

ANÁLISE SECTORIAL

principal mina. Prevê-se a intensificação dessa expansão com a concretização do projecto de Moatize da Companhia do Vale do Rio Doce, que envolve a exploração da mina de carvão e a construção de uma central termo-eléctrica. O seu início de laboração está previsto para 2010, prevendo-se até lá a reabilitação da linha férrea entre Beira e Tete. Este ano foi inaugurado o projecto conhecido por Areias Pesadas (titânio) de Moma. A produção inicial de cerca de 750 000 toneladas de areias minerais por ano deverá ser ampliada proximamente. A prevista actividade de prospecção de petróleo e gás natural ampliou-se, sobretudo na Bacia do Rovuma. Relativamente à produção de gás natural, a Sasol tem planos de duplicação da produção actual nos próximos anos.

Para além do gás natural, carvão e titânio, Moçambique dispõe de outros recursos minerais como: mármore, grafite, bauxite, ouro e pedras preciosas (granadas, esmeraldas, águas marinhas, turmalinas, etc).

Produção associada a recursos naturais10³ MZN (preços constantes)

	2003	2004	2005	Peso	Varição (%)	Tx. Cresc. (%)	
				(%)	2004/2005	2006	2007
Mármore em blocos	2,339	2,409	1,987	0.1	-17.5	33.3	4.9
Mármore em chapas	4,957	5,189	4,614	0.2	-11.1	24	20.2
Pedras preciosas	16,110	8,268	3,758	0.2	-54.5	-	-
Bauxite	15,629	15,865	16,820	0.9	6.0	24.4	10.2
Ouro	16,485	7,356	8,262	0.4	12.3	7.7	19.4
Bentonite	3,192	2,410	588	0.0	-75.6	-	-
Berilo	809	572	1,852	0.1	223.7	20	28.3
Quartzo	65,974	1,249	2,122	0.1	69.9	-	-
Carvão	4,395	4,657	963	0.0	-79.3	200	76.2
Petróleo bruto e gás natural	-	1,061,097	1,862,444	96.0	75.5	4.1	1.9
Pedras para construção, areias e argilas	-	40,645	36,921	1.9	-9.2	-	-

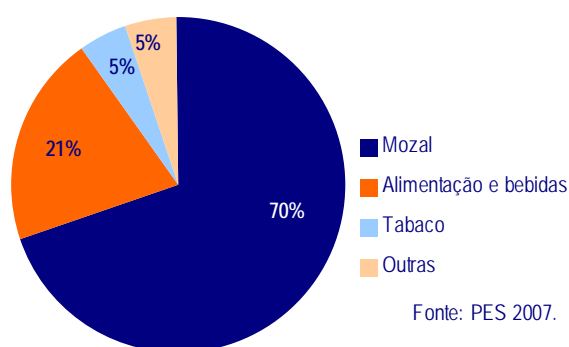
Fonte: INE (Moçambique), PES 2007.

INDÚSTRIA MANUFACTUREIRA

Aquando da independência, Moçambique dispunha de uma base industrial relativamente diversificada. Segundo dados citados pela EIU, em 1973, o valor acrescentado pela indústria manufactureira era o sexto mais elevado da região. Contudo, o êxodo da população portuguesa criou falta de trabalhadores qualificados. Apesar do investimento dos governos no sector manufactureiro, a política centralizada aliada à carência de capital e de experiência de gestão perpetuaram o declínio industrial. O ressurgimento industrial permaneceu incipiente apesar da introdução de reformas orientadas para o mercado desde 1987, revitalizando-se apenas após o início do programa de privatizações em 1995. Entre 1995-97, o output industrial expandiu-se, em termos reais médios, em 11%. Esta expansão acelerou com o surgimento da Mozal em 2000. No seu primeiro ano de funcionamento, 2001, a produção industrial aumentou 33%.

A indústria transformadora representa, aproximadamente, 16% do PIB, embora 70% do seu contributo para o PIB seja produção da Mozal. Aliás, o forte crescimento deste sector nos últimos dez anos (em 1996 correspondia a apenas 8.5% do PIB) deveu-se à criação da Mozal.

Estrutura da indústria manufactureira (2007)



Produção da indústria transformadora

em mil milhões de meticals	2005	2006	2007		
			Valor	Peso (%)Tx.	Crescimento (%)
Metalúrgica de base ¹	23404.3	23824.8	24291.9	69.45	2.0
Alimentação e bebidas	6006.5	6539.9	7284.9	20.83	11.4
Tabaco	445.2	1430	1644.5	4.70	15.0
Edição e impressão	464.9	465	489.6	1.40	5.3
Artigos de borracha e material de plástico	279.4	279.8	306.5	0.88	9.5
Pasta e papel	201.8	201.8	219.4	0.63	8.7
Máquinas e aparelhos eléctricos	163.5	170.3	193	0.55	13.3
Produtos metálicos excepto máquinas	185.8	122	129.7	0.37	6.3
Mobiliário	105	112.5	117.6	0.34	4.5
Têxteis	21	51.4	57.4	0.16	11.7
Máquinas e equipamentos	58.1	52.3	52.3	0.15	0.0
Produtos químicos	469.9	471.1	49.5	0.14	-89.5
Vestuário	89.3	29	37.1	0.11	27.9
Curtumes e peles	29.5	31.3	32.9	0.09	5.1
Outras	16.4	16.9	31.7	0.09	87.6
Outro material de transporte	39.1	9.5	17.2	0.05	81.1
Outras indústrias extractivas	10.9	11.4	12.1	0.03	6.1
Electricidade, gás e água	4.7	5.6	5.5	0.02	-1.8
Veículos automóveis	2.5	4.3	4.9	0.01	14.0
Total	31997.8	33828.9	34977.7		3.4

Fonte: PES 2007.

Nota: ¹ Mozal.

A Mozal, uma fundição de alumínio instalada na província de Maputo, correspondeu a um investimento de 2.1 mil milhões de dólares da empresa BHP Billiton, uma das maiores empresas mundiais do sector, representando interesses australianos e sul-africanos, com sede na Holanda. Em 2005, a produção da Mozal terá atingido 555 000 toneladas, encontrando-se em estudo avançado a possibilidade de ampliação da sua capacidade de produção para mais 250 000 toneladas por ano até 2009. A produção da Mozal é quase em exclusivo para exportação, representando 50% das exportações do país. A localização, os baixos custos energéticos e os incentivos fiscais foram algumas das razões que presidiram à escolha de Moçambique para implantação desta unidade fabril.

Para 2007, prevê-se que a produção manufactureira empresarial cresça 3.4%, sendo os maiores crescimentos observados nos sectores alimentar e bebidas e tabacos. Este sector é o segundo maior em termos de dimensão, associado à produção agrícola de açúcar e tabaco, cujas colheitas estão em expansão. A produção de bio-etanol é ainda limitada, apesar dos planos governamentais para desenvolvimento de planos de bioetanol e biodiesel. Estes planos são importantes para a diversificação das fontes energéticas de Moçambique, fortemente concentradas em petróleo. A Petromoc (Petróleos de Moçambique), num consórcio com a empresa sul-africana Cofamosa, planeia investir 150 milhões de dólares numa fábrica de bioetanol em Moamba e o grupo Nutasa está a construir uma unidade semelhante em Maputo. Relativamente ao tabaco, em 2005, entrou em laboração a primeira fábrica de processamento de folha verde de tabaco propriedade da subsidiária local de uma empresa americana: Universal Leaf Company.

Apesar dos progressos realizados e do empenho das autoridades, no que respeita à promoção do ambiente de negócios, à redução da carga aduaneira sobre bens de capital e à expansão da economia, o sector industrial moçambicano de raiz local enfrenta dificuldades de desenvolvimento a prazo devido à persistência de constrangimentos estruturais de longa data, os quais demoram a ser removidos. Entre os obstáculos pontuam: a escassez de mão-de-obra qualificada (concretamente no que respeita a competências de gestão e tecnológicas) falta de capital doméstico e elevados custos de financiamento (embora as condições de acesso ao crédito tenham melhorado recentemente) pesada burocracia; mercado de reduzidas dimensões; elevados custos de transporte. Estes factores, associados à ausência de tradição de classe empresarial que demora a ser gerada, elevam os custos de produção locais e dificultam a sobrevivência das empresas, sobretudo quando enfrentam um ambiente global fortemente concorrencial assente em baixos custos. Neste aspecto, a proximidade da África do Sul, que exporta a preços competitivos, num contexto de desmantelamento progressivo das barreiras aduaneiras no âmbito da SADC, coloca desafios acrescidos ao florescimento da indústria moçambicana.

Evolução das restrições ao crescimento percebidas

	Pesquisa 2002			Pesquisa 2006			Variação	
	Média	Mayor obstáculo	Ordem	Média	Mayor obstáculo	Ordem	Média	Ordem
Custo do crédito	3.28	84	1	3	72	1	-0.28	0
Acesso ao mercado doméstico do crédito	3.08	75	2	2.42	58	3	-0.66	1
Acesso ao mercado externo do crédito	2.93	73	3	1.55	38	9	-1.38	6
Electricidade	2.65	64	4	2.06	46	6	-0.59	2
Corrupção	2.76	64	5	2.11	46	7	-0.65	2
Instabilidade macroeconómica	2.75	63	6	2.65	63	2	-0.1	-4
Práticas anti-concorrenciais	2.59	60	7	1.45	32	14	-1.14	7
Imprevisibilidade das políticas	2.58	58	8	2.03	44	8	-0.55	0
Taxas de imposto	2.45	55	9	2.15	50	4	-0.3	-5
Crime, roubo e desordem	2.47	54	10	1.79	35	11	-0.68	1
Alfândegas	2.11	49	11	1.7	38	10	-0.41	-1
Administração fiscal	2.19	48	12	1.74	35	12	-0.45	0
Legislação laboral	1.8	38	13	2.07	48	5	0.27	-8
Qualificação da mão-de-obra	1.79	34	14	1.68	35	13	-0.11	-1
Registo de empresas	1.44	28	15	0.86	10	18	-0.58	3
Transportes	1.43	27	16	1.44	26	15	0.01	-1
Acesso à terra	1.24	27	17	0.82	18	16	-0.42	-1
Telecomunicações	1.28	20	18	0.76	14	17	-0.52	-1

Fonte: INE (Moçambique), PES 2007.

CONSTRUÇÃO

O sector da construção representava, em 2006, cerca de 8% do produto interno, fortemente influenciado pelo surgimento dos mega-projectos e pelo plano de reabilitação de infra-estruturas do Estado, que inclui obras públicas de grande envergadura, designadamente as pontes sobre os rios Zambeze e Rovuma. No último ano, este sector registou um crescimento real de 23% impulsionado pela concretização do projecto Moma de exploração de titânio e projectos de reabilitação urbana, sobretudo no segmento residencial.

SERVIÇOS

O sector dos serviços gera cerca de 46% do PIB, com destaque para o comércio que representa aproximadamente 20% do PIB. Em 2006, cresceu cerca de 6.5% em termos reais (25.8% em termos nominais), com destaque para os sectores de transportes e comunicações (21.6%) e restaurantes e hotéis (15%). O crescimento dos transportes está directamente relacionado com a melhoria das redes rodoviária e ferroviária, bem como a construção de pontes e o aumento da oferta de autocarros públicos, tendo igualmente sido inauguradas novas rotas aéreas regionais. No plano das comunicações, prosseguem os esforços de reforço da cobertura nacional das redes fixas e móveis.

Produção dos serviços

em mil milhões de meticals	2004	2005	2006		
			Valor	Peso (%)Tx.	Crescimento (%)
Comércio	28342.9	33420.4	39799.2	42.3	19.1
Transportes e comunicações	18501.6	25835.1	35562.4	37.8	37.7
Serviços financeiros	4326.7	5205.7	6128.5	6.5	17.7
Educação	3274.9	3877.8	4754.0	5.1	22.6
Restaurantes e hotéis	1691.4	1824.0	2374.4	2.5	30.2
Aluguer de imóveis	1400.4	1465.5	1698.7	1.8	15.9
Saúde	1278.9	1393.1	1689.0	1.8	21.2
Serviços de reparação	987.2	1091.9	1292.9	1.4	18.4
Serviços prestados a empresas	592.9	659.7	781.9	0.8	18.5
Outros	9013.5	10287.4	12128.2	12.9	17.9
Total	60396.9	74773.3	94081.1		25.8

Fonte: Ministério do Planeamento e Desenvolvimento.

ANÁLISE SECTORIAL

O crescimento recente do sector da restauração e hotéis justifica-se pelo reconhecimento pelas autoridades que o sector do turismo poderá funcionar como um sector propulsor do crescimento integrado da economia, tanto mais que é trabalho-intensivo. Moçambique dispõe de vantagens competitivas nesta área. O sector do turismo e lazer emprega mais de 35 000 trabalhadores que compara com 19 600 em 1990. O número de hotéis e estabelecimentos turísticos ascende a 5 000 contra 1 075 também em 1990. Em 2006, as receitas de turismo estimavam-se em 144 milhões de dólares face a 108 no ano anterior. O número de visitantes tem vindo a aumentar em conformidade, tendo atingido as 711 000 entradas internacionais que comparam com apenas 150 000 em 1995. Contudo, a maioria destas entradas não serão turistas propriamente ditos, mas em grande número, visitas de negócios.

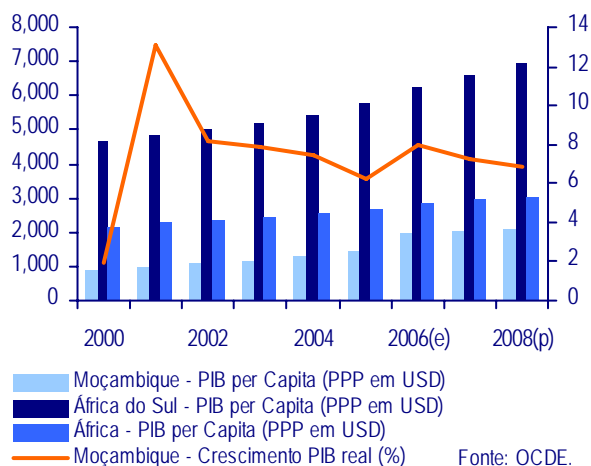
Moçambique desfruta de forte potencial turístico ao nível de férias de praia e safaris, mas a sua oferta está por explorar. Fora da capital, onde existem 14 unidades hoteleiras de considerável capacidade e boa qualidade, tendo sido várias inauguradas recentemente, a oferta consiste em unidades de menores dimensões e de gama média. O desenvolvimento deste sector está cerceado pela ausência de infra-estruturas, pela falta de mão-de-obra qualificada, pelo regime de propriedade da terra e pela pesada burocracia. Contra Moçambique como destino turístico de massas pesam ainda a sua localização remota e as limitadas ligações aéreas. A África do Sul é um mercado natural em expansão, e depois deste, a principal origem de turistas é Portugal.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

Desde 1992, fim da guerra civil, Moçambique tem registado níveis médios de expansão de 8%. O desempenho da economia tem, de forma recorrente, surpreendido, superando as expectativas. O seu dinamismo recente explica-se pelo intenso esforço de reconstrução e pelo surgimento de importantes projectos de investimento de capital estrangeiro na área dos recursos naturais.

Segundo dados do FMI, o produto interno bruto (PIB) acelerou em 2006 para 8.5% depois de ter crescido 6.2% (ou 7.7% de acordo com estimativas das autoridades moçambicanas) em 2005. Para 2007, as previsões apontam para uma estabilização em torno de 7.0%. Para o forte desempenho de 2006 concorreu um contributo agrícola muito positivo compensando os efeitos negativos, sentidos nas colheitas, das secas ocorridas no ano anterior, a intensa actividade de construção relacionada com a concretização de alguns mega-projectos, sobretudo na indústria extractiva (investimentos estrangeiros de elevado montante) a par do esforço de reabilitação de infra-estruturas levado a cabo pelo governo. Nas suas projecções para os anos de 2008 a 2010, o FMI prevê um crescimento estabilizado em torno de 7%. Acréscimos do produto superiores dependem da concretização de alguns mega-projectos anunciados e da ampliação de outros já concretizados (por exemplo: aumento da capacidade da Sasol e da produção da Mozal). A produção agrícola dada a sua relevância tenderá a conferir um considerável grau de volatilidade ao PIB moçambicano devido à sua dependência das condições climáticas. A prazo, com a profissionalização da actividade agrícola e com a disseminação da planificação associada a culturas de rendimento, este constrangimento será progressivamente superado.

Crescimento do PIB real e PIB per capita a preços correntes



Composição da procura (% do PIB)

	1998	2005	2006(e)	2007(p)	2008(p)
	% do GDP (preços correntes)		Variações percentuais, volume		
Formação bruta de capital	24.3	29.9	27.5	15	11.7
Sector público	9.8	12.5	45	15	8
Sector privado	14.5	17.4	15	15	15
Consumo	93.2	82	2.3	3.3	5.3
Sector público	10.4	12.9	8.6	6.2	5
Sector privado	82.8	69.1	1.6	3	5.3
Sector externo	-17.4	-11.9			
Exportações	10.5	30.9	6.7	6.7	6.2
Importações	-27.9	-42.9	6.7	3.9	7.1

Fonte: OCDE.

Nota: estimativas (e) e projecções (p).

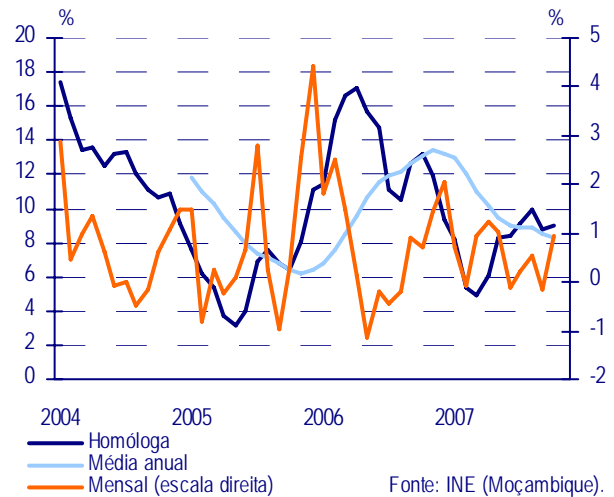
Analisando a composição da despesa moçambicana, constata-se o forte peso do consumo privado e do crescimento do investimento, designadamente público. Projectos de desenvolvimento e reabilitação, sobretudo urbana e da rede viária, apoiados por fundos de ajuda induziram um forte aumento (45%) da despesa pública em capital. Para 2007 e 2008, as projecções apontam para a continuação de um ritmo de crescimento de 15% ao ano. O acréscimo do investimento público foi secundado pelo investimento privado, essencialmente com origem externa e associado à nova onda de mega-projectos no sector extractivo. Este comportamento do investimento tende a continuar a favorecer o crescimento da economia designadamente através do desenvolvimento do sector da construção, tipicamente um factor de arrastamento da actividade económica. Adicionalmente, favorece a saúde das contas externas e permite o alargamento da base de tributação do Estado, através da proliferação de empresas suportadas pelo surto de investimento em curso.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

O consumo tem vindo a perder peso relativo, apesar da melhoria reconhecida das condições de vida das populações e do seu rendimento. As despesas alimentares representam cerca de 50% da despesa total das famílias moçambicanas, seguidas dos encargos com habitação e combustível (22%). Esta partição evidencia a relevância dos preços dos bens alimentares para a população e a sensibilidade da inflação a estas variáveis. No meio rural, o peso da despesa alimentar ascende a 64%, reflexo do baixo nível de vida das populações e do primado da satisfação das necessidades básicas.

A inflação tem abrandado lentamente, beneficiando de políticas monetária e fiscal prudentes, corrigindo o movimento de alta verificado em 2006 devido à subida do preço do petróleo e na sequência da desvalorização do metical ocorrida em 2005. A inflação tem-se revelado fortemente sensível ao andamento dos preços dos bens alimentares, caracterizados por elevada volatilidade, e do preço do petróleo, considerando o seu peso no suprimento das necessidades energéticas do país. Apesar da retracção da inflação de um valor máximo de 17.1% observado em Abril de 2006 para 9.4% no final do ano, em 2007, depois do ritmo de subida de preços ter abrandado para 4.9% em Março, superando as previsões oficiais de 6%, na segunda metade do ano tem-se registado uma aceleração da inflação, em parte induzida pelo comportamento do preço dos produtos petrolíferos no mercado internacional.

Evolução da Inflação



SECTOR PÚBLICO

As várias reformas implementadas nas últimas décadas, sob os auspícios do FMI e Banco Mundial, têm ajudado a transformar a economia moçambicana. Desde o primeiro programa de ajustamento estrutural, em 1987, a economia sofreu uma considerável transformação, orientando-se mais para o mercado. As reformas foram aprofundadas ao longo dos anos 90 e o Estado passou a actuar mais como facilitador da actividade privada e menos como um agente económico individual. No entanto, a regulamentação excessiva ainda permanece um problema.

O Governo Moçambicano desenvolveu um entrosamento considerável com as organizações internacionais de apoio ao desenvolvimento, conseguindo obter apoios fundamentais para as suas políticas no âmbito da cooperação, apoio técnico e aconselhamento, bem como um financiamento generoso. Para além das múltiplas e extensas ajudas, Moçambique tornou-se num bom exemplo, muitas vezes mencionado na comunidade internacional, no que concerne à harmonização de políticas locais com as políticas dos doadores e também no que respeita ao alcance de objectivos. Mais recentemente, o país foi também precursor no que diz respeito à forma como são efectivamente utilizadas as ajudas internacionais, dado que se tenciona canalizar uma parcela crescente dos fundos doados directamente para o Orçamento de Estado, em vez destas ajudas serem encaminhadas para projectos específicos. Esta alteração, que deverá concretizar-se gradualmente já em 2007, tem consequências. De facto, a canalização de verbas directamente para o Estado, se por um lado possibilita uma gestão mais integrada e planificada das ajudas, por outro implicará a existência de mecanismos ao nível local e central que permitam gerir, controlar e canalizar para os projectos efectivamente necessários as verbas enviadas. O sistema existente até agora não é também isento de problemas. Os projectos implementados pelos doadores quase sempre isoladamente, de forma estanque; surgindo, por vezes, problemas a montante ou a jusante que os tornam inoperacionais.

...A AJUDA INTERNACIONAL

Moçambique é um dos maiores receptores de ajuda internacional em África. Em termos cumulativos, entre 2001 e 2005, o total de ajudas recebidas ascendeu a cerca de US\$ 6.7 mil milhões, na sua maioria sob a forma de donativos. Cerca de 68% da assistência oficial internacional ao desenvolvimento (ODA) foi efectuada sob a forma de programas bilaterais, tendo o remanescente origem em programas multilaterais, em particular vindos da Associação Internacional para o Desenvolvimento do Banco Mundial (IDA - International Development Association). No período 2004-05 esta organização foi o maior doador de fundos internacionais:

Os dez maiores doadores (média de 2004-2005)
(doações brutas, US\$ milhões)

1.	IDA - International Development Assistance	231
2.	União Europeia	162
3.	EUA	103
4.	AfDF - African Development Fund	84
5.	Suécia	74
6.	Reino Unido	73
7.	Dinamarca	66
8.	Noruega	65
9.	Holanda	60
10.	Irlanda	49

Fonte: OCDE, Banco Mundial.

Grau de dependência de doações

	Ajuda oficial ao desenvolvimento,		Ajuda per capita		Ajuda em % do PNB		Ajuda em % da Formação Bruta de Capital Fixo		Ratios de dependência	
	líquida		USD						Ajuda em % das Importações Totais de Bens e Serviços	
	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005
Moçambique	876	1,286	49	65	24.7	20.7	69.1	95.2	49.7	38.4
Países com baixo rendimento	18,718	40,353	9	17	2.3	2.9	9.8	9.9	9.2	-
Países da África Subsariana	13,194	32,620	20	44	4.1	5.5	21.6	27.3	10.9	13.4

Fonte: 2007 World Development Indicators.

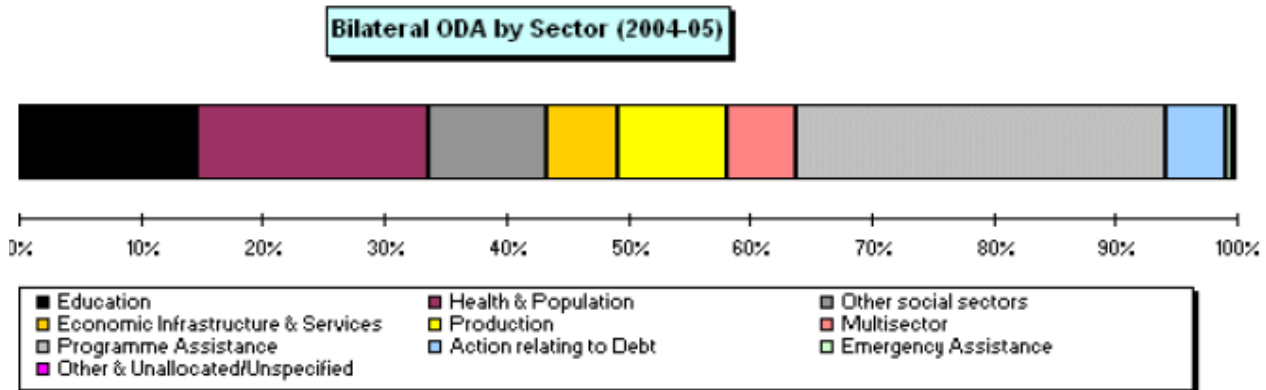
Numa outra perspectiva, qualquer que seja o indicador que se utilize, verifica-se que a economia moçambicana revela um acentuado grau de dependência face aos donativos ou ajudas internacionais. De facto, os donativos financiam já mais de 40% das despesas governamentais, e deverão aumentar nos próximos anos. Segundo informação do Banco Mundial (ver quadro), a ajuda externa aumentou de US\$49 por habitante em 2000 para US\$65 em 2005, o que compara com US\$44 no conjunto dos países da África Subsariana; relativamente ao seu peso na actividade económica, a ajuda internacional representava 20.7% do PNB em 2005, comparativamente a 2.9% no conjunto dos países com baixo rendimento ou 5.5% para a média dos países da região da África Subsariana. No entanto, verifica-se que o seu peso no

SECTOR PÚBLICO

PIB tem vindo a decrescer (cerca de 25% em 2000) o que se explica sobretudo pelo acentuado crescimento económico dos últimos 5 anos, justificando a diluição do rácio. De acordo com a OCDE, em 2004-2005, a maior parte da ajuda internacional destinou-se a financiar projectos no âmbito da educação, saúde e outros serviços sociais.

Ajuda Internacional, por sector (média 2004-2005)

Em Maio de 2004 Moçambique foi um dos 16 países seleccionados, considerado elegível para ter acesso aos fundos disponibilizados pelo Governo dos EUA no âmbito dos Objectivos do Milénio - Millennium Challenge Corporation (MCC). Estes fundos ainda não foram disponibilizados, tendo as autoridades moçambicanas organizado um grupo de trabalho para acompanhar este processo.



Fonte: OCDE, Banco Mundial.

...Os PARPA

Na última década, os principais objectivos estratégicos do Governo têm sido baseados na manutenção da estabilidade macro-económica, encorajando o sector privado, promovendo o investimento, reabilitando infra-estruturas e desenvolvendo o capital humano. Estes objectivos foram clarificados num documento estratégico, formulado com um horizonte de 5 anos, concebido depois de consultas a vários níveis com o FMI, Banco Mundial, os doadores e a sociedade civil. O documento resultante, elaborado pela primeira vez em 2001 e revisto em 2005 para abranger o período 2006-2009, designa-se habitualmente por PARPA - Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, e constitui o documento mais abrangente da política económica moçambicana.

Refira-se que sob os auspícios do primeiro PARPA, os progressos alcançados pelas autoridades moçambicanas foram significativos: o crescimento macro-económico alcançou 8%, em termos médios anuais; a taxa de incidência de pobreza passou de 69% em 1997 para 54% em 2003. Na avaliação feita em finais de 2006, o FMI considera que a expansão macro-económica no período em causa foi "a favor dos mais pobres" pois a taxa de crescimento do consumo entre a população que vivia abaixo do limiar da pobreza foi fortemente positiva, dada a expansão da agricultura, aumento das actividades não agrícolas nas áreas rurais e ao incremento do rendimento dos empregados. Adicionalmente, a instituição considera que Moçambique está em condições para cumprir alguns dos objectivos do milénio (MDG), nomeadamente no que diz respeito à incidência da pobreza (redução para metade em 2015, o que será possível caso a taxa de crescimento económico permaneça acima dos 5%), mortalidade materno-infantil e acesso a água potável, sobretudo nas zonas urbanas. Noutras áreas, como o acesso ao ensino para além do básico, sobretudo nas zonas rurais, a promoção da igualdade de género, e a incidência do HIV/SIDA, existe, porém, uma necessidade urgente de promoção de serviços de forma eficiente, utilizando efectivamente as ajudas internacionais.

O PARPA II, aprovado em Maio de 2006, tem um período de vigência de 2006-09 e três pilares: i) governo; ii) capital humano; iii) desenvolvimento económico. O seu objectivo principal é a redução da taxa de incidência da pobreza dos actuais 54% para 45% em 2009. Para alcançar este objectivo, o governo planeia continuar os esforços para assegurar a estabilidade macro-económica e implementar uma segunda vaga de reformas estruturais, englobando o sector público, políticas fiscais, governo e a melhoria do clima de negócios. Comparativamente ao PARPA I, cujo principal foco de incidência era o investimento no sector social, o novo PARPA coloca mais ênfase na promoção do crescimento e na modernização da economia e coloca a descentralização e o desenvolvimento a nível distrital/local como objectivo principal. O PARPA II apela a maior investimento em alguns sectores de actividade económica, em particular agricultura e infra-estruturas, e à criação de um clima de negócios favorável, em particular para pequenas e médias empresas. Esta nova estratégia pretende, também, dar resposta a algumas reconhecidas falhas do seu antecessor, nomeadamente o fraco crescimento das exportações fora dos mega-projectos e o parco desempenho das indústrias/actividades trabalho-intensivas. Os objectivos principais do programa são:

Os objectivos do PARPA II

- " Crescimento anual do PIB superior a 7%, em termos reais no período 2005-2009, desacelerando posteriormente para 6.5% em 2010-14, estimulado sobretudo pelos sectores agrícola, comercial e de serviços de transporte.
- " Aumento gradual da despesa dirigida aos sectores prioritários, devendo 45% do financiamento ter origem nos donativos internacionais.
- " Aumento da receita pública de 14.1% do PIB em 2005 para 15.1% do PIB em 2009 em resultado do forte crescimento económico e de reformas no sistema fiscal (reconhece-se que os acentuados benefícios fiscais concedidos aos mega-projectos se reflectem, negativamente na base tributária).
- " Ênfase na promoção do emprego industrial e no crescimento das exportações (fora dos mega-projectos), através do reforço do investimento em infra-estruturas, na melhoria do ensino técnico e na promoção de formação no trabalho. Este objectivo pretende dar resposta a críticas no que concerne às escassas ligações entre os mega-projectos e o resto da economia, e que mais esforços deverão ser envidados para promover os sectores mão-de-obra intensivos.
- " O alargamento do sistema financeiro às áreas fora dos grandes centros urbanos, dado que a maior parte da população rural não tem acesso aos serviços bancários; o alcance deste objectivo passa pela promoção e extensão do designado micro-crédito.

A partir de 2010, as autoridades pretendem incorporar o plano estratégico de médio prazo (PARPA) no Programa Quinquenal do Governo, acabando com alguma confusão causada pela existência de múltiplos documentos de estratégia - para além do PARPA, o PES - Plano Económico e Social, e os vários documentos inerentes ao Orçamento de Estado (para além do próprio Orçamento, o Cenário Fiscal de Médio Prazo - CFMP).

...AS FINANÇAS PÚBLICAS

Para aumentar a eficácia das ajudas e o grau de responsabilização (*accountability*) o Governo e os doadores acordaram metas e a observância de uma série de indicadores nas áreas das finanças públicas, governo, SIDA, educação e justiça. Em meados de 2006, teve lugar o mais recente encontro entre o governo e os doadores no sentido de efectuarem uma avaliação global do programa de ajudas. Nesse encontro, foram considerados satisfatórios os progressos no âmbito da política fiscal. A implementação de um novo sistema informático de registo da despesa pública - SISTAFE - em diversos Ministérios, possibilitou a monitorização das despesas em áreas prioritárias. No primeiro semestre de 2006, cerca de 56% das despesas foram efectuadas aos sectores da saúde e educação, sectores considerados prioritários.

A reforma do sector público ganhou novo fôlego com a criação da Autoridade Nacional para o Sector Público, reportando directamente ao Presidente da República, e também com a preparação da segunda fase do Programa de Reforma do Sector Público, que vigorará no período 2006-11. Este incidirá sobretudo no fortalecimento do processo de descentralização, pois subsistem algumas ambiguidades no que diz respeito à divisão das receitas, responsabilidades dos gastos, no controlo de afectação das primeiras e imputação dos segundos. Uma das principais fragilidades da Administração Pública reside na fraca capacidade de monitorização, sobretudo no que respeita à responsabilização da concretização de planos de auxílio ao nível local. De facto, a efectiva capacidade de absorção, pelas estruturas locais, das ajudas internacionais recebidas, constitui um dos principais problemas do país, colocando em causa a eficácia e a realização concreta das políticas públicas. Para clarificar o processo de descentralização, em Março de 2006, foi apresentada uma proposta para formular uma Estratégia para a Descentralização Nacional. Entretanto tem vindo a progredir também a preparação do designado Programa para o Financiamento e Planeamento Nacional Descentralizado (PFND).

...O SISTEMA TRIBUTÁRIO

Desde 1996 Moçambique tem gradualmente modernizado o seu sistema fiscal que actualmente se considera estar alinhado com as melhores práticas internacionais. Segundo a apreciação do Fundo Monetário Internacional, os impostos sobre o consumo e rendimento vão ao encontro, quase na totalidade, das recomendações dos mais considerados peritos mundiais em fiscalidade; a estrutura tributária é relativamente simples e baixa, com poucos escalões.

No entanto, a capacidade de geração de proveitos fiscais pelo Estado Moçambicano é manifestamente diminuta. O peso das receitas fiscais no PIB é de cerca de 11%, francamente inferior à média observada nos países da África Subsariana, cerca de 24%. Além de ser baixa, a receita fiscal praticamente estagnou nos últimos anos devido às fragilidades que subsistem no sistema tributário. Designadamente, o facto de a base tributária ser estreita devido a generosas isenções e benefícios fiscais concedidos sobretudo aos mega-projectos;

adicionalmente, os índices de incumprimento são relativamente elevados e a capacidade de fazer cumprir a lei é quase nula devido às fraquezas do sistema judicial.

Nos últimos dois anos, o Estado desenvolveu esforços significativos para aumentar a receita, os quais foram particularmente sentidos na colecta de impostos directos sobre as empresas e nas receitas do IVA. Têm sido alcançados alguns progressos na melhoria da colecta de impostos atrasados, fortalecendo a administração fiscal e aumentando a base tributável. No entanto tarda em entrar em funcionamento a Administração Tributária de Moçambique, entidade que deveria centralizar a gestão das questões relacionadas com a receita tributária.

Receitas Públicas Totais em alguns países Africanos (em % do PIB)

	1996	2005
Botsuana	42.8	43.6
Quénia	27.6	21.0
Ruanda	9.3	13.3
Tanzânia	11.9	12.9
Uganda	10.5	12.8
África Subsaariana	20.3	24.1
Moçambique	10.8	11.8

Fonte: FMI, Moz.Country Report, Ago 2005; OCDE, Afric.Ec.Out.

Moçambique: Receitas do Estado, 1987-2009

(% do PIB)

	1987	1993	1996	1999	2000-02	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
							Est.	Est.	Prog.	Prog.	Proj.	Proj.
Receitas totais	9.9	13.6	10.8	12	12.6	12.9	12.6	14	14.4	14.9	15.4	16
Receitas de impostos	8.4	12.4	9.9	11.0	11.2	12.0	11.7	12.1	12.7	13.0	13.5	14.1
Impostos sobre o rendimento	2.2	2.0	1.9	1.7	2.0	2.8	2.7	2.9	3.3	3.4	3.8	4.3
sobre o rendimento pessoal	n.d.	0.9	1.1	0.9	1.3	1.7	1.7	1.9	-	-	-	-
sobre o rendimento das empresas	n.d.	1.0	0.8	0.8	0.7	1.1	0.8	0.8	-	-	-	-
Impostos sobre bens e serviços	4.3	6.7	5.3	7.0	6.9	6.9	7.1	7.1	7.1	7.5	7.6	7.7
Imposto s/vendas ⁴	n.d.	4.0	3.0	1.8	-	-	-	-	-	-	-	-
IVA	-	-	-	2.7	4.8	4.7	4.7	5.0	-	-	-	-
Imposto Complementar ³	n.d.	1.9	1.2	1.1	1.0	1.0	1.0	0.9	-	-	-	-
Produtos petrolíferos	n.d.	0.8	1.0	1.5	1.1	1.1	1.2	1.2	1.2	1.3	1.3	1.4
Imposto sobre o comércio internacional	1.4	3.5	2.1	2.0	2.0	2.0	1.7	1.8	2.0	1.8	1.8	1.8
Outras receitas de impostos ¹	0.5	0.3	0.6	0.4	0.3	0.3	0.3	0.2	0.3	0.3	0.3	0.3
Receitas excl. impostos ²	1.5	1.2	0.9	0.9	1.3	1.0	0.9	1.9	1.6	1.9	1.8	1.9

Fonte: FMI (2005 e 2007) e autoridades moçambicanas citadas por essa Instituição.

Notas: 1. Inclui imposto de selo, imposto turismo e imposto de veículos motorizados.

2. Inclui aluguer de imobiliário, taxas e despesas, contribuições para a segurança social e dividendos de empresas públicas não financeiras.

3. Imposto sobre transacções, designadamente sobre determinados produtos de consumo final.

4. Semelhante ao IVA, com a diferença que abrange bens intermédios e de capital.

O sistema fiscal estabelecido em 1987 era altamente complexo, causava distorções acentuadas, era ineficiente e tinha uma capacidade muito baixa de geração de receita. A estrutura administrativa que suportava a máquina fiscal era também altamente ineficiente. A título de exemplo, refira-se que antes de 1996, apenas cerca de 3% dos funcionários públicos tinham formação universitária e era comum o nepotismo.

Em 1996 foi lançada uma reforma tributária cuidadosamente planeada e organizada, tendo como objectivo principal a criação de um sistema fiscal mais efectivo e com uma maior capacidade de geração de receita.

O principal objectivo das autoridades foi o aumento do ratio receita fiscal/PIB gradualmente, acréscimo da eficiência da administração fiscal, obtenção de maior equidade através do alargamento da base tributária e da aplicação de taxas moderadas de impostos e promoção da actividade económica em geral, e do investimento, em particular. Depois da reforma fiscal, têm sido progressivamente introduzidas melhorias e alterações, prosseguindo os objectivos explicitados. Por exemplo, em 2002, o Governo publicou o Código dos Incentivos Fiscais ao Investimento, onde se procurou sistematizar e racionalizar todo um conjunto de regras e práticas avulsas existentes anteriormente nesta matéria.

A reforma fiscal em Moçambique

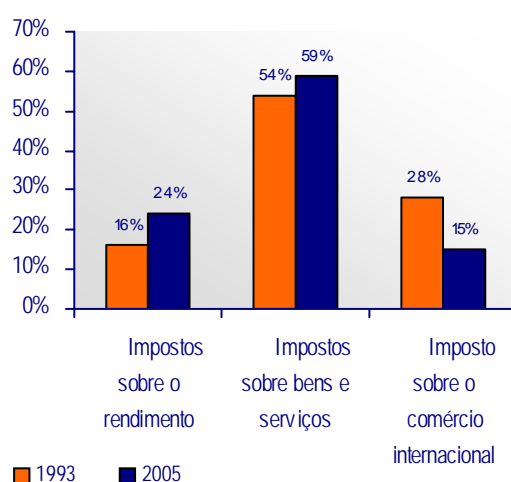
Imposto	Antes da reforma	Depois da reforma
Imp. sobre o rendimento e lucros	Taxas de imposto diferenciadas; cada fonte de rendimento era tributada separadamente. As taxas variavam entre 0% e 55%.	Dois impostos sobre o rendimento distintos; introduzidos em 2003, são aplicados aos rendimentos das empresas e dos particulares. As taxas variam entre 10% e 32%.
Imp. sobre as transacções	Imposto sobre as vendas do tipo cascata, com taxas a oscilarem entre 1% e 20%, sobre o valor das transacções de bens e serviços suportado pelos produtores, negociantes e importadores.	Imposto sobre o consumo tipo IVA com uma taxa única de 17% sobre os valores das vendas de bens e serviços, retirando-se o IVA pago sobre os inputs da produção e sobre os bens importados.
Imp. indirecto sobre prod. específicos (tabaco, álcool, etc)	Imposto sobre o consumo de bens de luxo e poluentes, domésticos e importados. As taxas variavam entre 20% e 75%.	Imposto sobre o consumo de bens de luxo e poluentes, domésticos e importados. As taxas variavam entre 15% e 65%.
Imp. sobre combustível	Imposto específico por unidade de combustível sem ajustamentos para a inflação.	Imposto específico por unidade de combustível com ajustamentos trimestrais à inflação dos meses anteriores (com um tecto de 5%).
Imp. aduaneiros e sobre as exportações	Elevado número de taxas (12) e uma taxa média elevada sobre as importações (18.4%). Tarifa máxima de 35%. Grande número de isenções ad hoc. Imposto sobre as exportações do cajú com uma taxa de 40%.	Redução no número de taxas aplicadas, para 5, e na taxa média sobre as importações para 7%. Taxa máxima de 25%. Eliminadas as isenções ad hoc. Redução da taxa aplicada às exportações de cajú para 20%.
Administração fiscal	Procedimentos administrativos e legislação desactualizados; alterações na legislação imprevisíveis; pessoal não-qualificado; actividades de procura de rendas ilícitas ou fáceis.	Progressos significativos na modernização da legislação aduaneira e de gestão. Introdução de um grupo de trabalho especial dedicado ao IVA, um grupo para contribuintes que pagam impostos elevados, sistemas computurizados, e introdução de sistema de registo dos contribuintes.

Fonte: FMI, Moz.Country Report, Ago 2005; OCDE, Afric.Ec.Out.

Fazendo parte da reforma, a legislação veio também estabelecer os incentivos fiscais às designadas zonas francas internas (*duty-free*). Estas zonas, para efeitos de IVA não são consideradas parte do território moçambicano; qualquer fornecimento de bens ou serviços provenientes de fora dessas zonas para o interior é considerada como exportação em termos fiscais; os fornecimentos de bens e serviços dentro e provenientes dessas zonas não são tributados; as actividades existentes nas zonas francas podem ainda beneficiar de uma redução no imposto sobre os lucros (IRC) para 12.8%. Actualmente existem 3 zonas francas em Moçambique - Mozal na província de Maputo, cuja principal actividade é a fundição e produção de alumínio para exportação; Moma IFZ na província de Nampula, para processamento de areias pesadas e exportação de minério; e o corredor de Limpopo, na província de Gaza para exploração de areias pesadas.

Relativamente ao peso dos diversos tipos de impostos na receita fiscal, na última década tem diminuído o peso dos impostos sobre o comércio internacional, a favor do peso da tributação sobre o rendimento e, sobretudo, sobre o comércio de bens e serviços, em linha com os mais recentes desenvolvimentos nos sistemas tributários de economias desenvolvidas.

Peso dos diversos tipos de impostos na tributação total



Fonte: FMI, BBPI.

...OS PRINCIPAIS DESAFIOS

Apesar de todas as alterações introduzidas na última década, que transformaram o sistema tributário moçambicano num sistema moderno, sofisticado, em linha com as melhores práticas internacionais, permanecem desafios importantes. Entre estes destacam-se as ineficiências administrativas da máquina tributária que aumentam a carga fiscal efectiva, destacando-se os atrasos na devolução do IVA cobrado em excesso, fenómeno que não tem vindo a melhorar, pesando significativamente sobre o sector privado e incentivando a economia informal. Em segundo lugar, e já mencionado, o facto de a receita fiscal ser reduzida relativamente ao PIB, facto que se justifica pelas amplas isenções e benefícios (mega-projectos), pela reduzida base tributária e pelo não cumprimento (por exemplo, a produtividade das receitas do IVA é bastante baixa, cerca de 31% tendo como referência o consumo privado); por outro lado, o diferencial entre as receitas potenciais e verificadas situava-se em cerca de 12% em 2002-2003.

Em resumo, não obstante o sucesso no desenho do sistema tributário, persistem deficiências que se reflectem na reduzida expressão da receita fiscal. Para além das amplas e generosas isenções aos mega-projectos, que estão na base das designadas zonas francas, existem deficiências ao nível da máquina administrativa fiscal que justificam a fraca capacidade de aplicação da lei. A implementação recente do SISTAFE, informatizando o sistema tributário, deverá contribuir a prazo para a minimização deste problema. A médio prazo, e com o suporte dos doadores, deverá também ser reavaliado o sistema de isenções e benefícios, deverá prosseguir a aposta continuada no reforço do capital humano e de recursos técnicos, e na coordenação entre as autoridades tributárias e aduaneiras.

...EVOLUÇÃO RECENTE

Na generalidade a situação fiscal melhorou em 2006, tendo o défice público sofrido uma ligeira redução, de 2.2% em 2005 para 1.5% em 2006, segundo estimativas do FMI. O aumento substancial da despesa pública em sectores prioritários e na reabilitação do sistema de transportes foi largamente compensado pela entrada adicional de donativos e, em menor grau, pelos recursos libertados pelo Programa de Perdão da Dívida aos países mais pobres. O aumento dos gastos em projectos de redução da pobreza, incluindo infra-estruturas, deverá prosseguir a médio prazo, e deverá ser sobretudo financiado por entradas crescentes de ajuda.

As receitas tributárias deverão aumentar no próximo triénio reflectindo a esperada entrada em pleno funcionamento da Autoridade Tributária de Moçambique (ATM). Entretanto, continuará a discussão sobre os contributos fiscais dos mega-projectos, com o objectivo de renegociar o regime fiscal e reduzir as isenções fiscais para novos investimentos por forma a gerar mais equilíbrio entre a promoção do investimento e a arrecadação de receitas. Apesar de se anteciparem progressos no âmbito da colecta de impostos, o FMI prevê que o défice das contas públicas se deteriore ligeiramente reflectindo aumento da despesa com os salários dos funcionários públicos bem como despesas em áreas sociais consideradas prioritárias, na melhoria e construção de infra-estruturas, na reabilitação de estradas e na renovação de zonas urbanas. Refira-se que, em 2007, a Despesa Pública deverá aumentar cerca de 31% em termos nominais. Em 2007 e 2008 o défice das contas públicas deverá por isso, situar-se respectivamente em 4.5% e 3.3%, segundo previsões do FMI.

Finanças Públicas (em % do PIB)

	1998	2003	2004	2005	2006(e)	2007(p)	2008(p)	2009(p)
Receitas Totais e Donativos	19.5	22.4	20.2	20	23	23.9	24.1	25.4
Receitas fiscais	10.5	12	11.7	11.8	12.1	12.7	12.9	13.5
Donativos	n.a.	9.5	7.5	6.3	9.9	11.5	10.7	9.9
Despesa Total e Dívida Líquida	21.8	26.9	24.7	22.2	25.1	30.5	29	28.1
Despesa Corrente	11.5	14.7	14.3	13.4	13.2	14.5	14.2	14.2
Excluindo juros	10.5	13.5	13.3	12.6	12.5	13.5	13.4	13.5
Custos com Pessoal	4.5	6.8	6.9	6.8	6.7	7.1	7.2	7.2
Juros	1	1.2	1	0.8	0.7	1	0.8	0.7
Despesas de capital	9.8	11.7	9.4	8.2	11	14.4	13.5	12.9
Saldo Primário	-1.4	-3.3	-3.6	-1.7	-1.7	-2.7	-2.6	-2.4
Saldo global, excluindo donativos	n.a.	-14	-12.1	-8.6	-11.4	-15.9	-14	-12.6
Saldo global	-2.4	-4.5	-4.5	-2.2	-1.5	-4.5	-3.3	-2.7

Fonte: OCDE, African Economic Outlook, Maio 2007.

SISTEMA FINANCEIRO

O desenvolvimento do sistema financeiro é um objectivo importante na estratégia de redução da pobreza. O PARPA II, publicado em Maio de 2006, reconhece essa realidade, ao eleger o desenvolvimento deste sector como um dos pilares do desenvolvimento no âmbito da promoção do sector privado, e prevê a introdução de medidas para aumentar a profundidade e força do sistema financeiro.

PERSPECTIVA HISTÓRICA

Após a independência, todos os bancos de Moçambique (excepto o Banco Standard Totta) foram nacionalizados e fundidos em duas instituições estatais, o Banco de Moçambique (BM) e o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD). Em 1989, estes bancos representavam cerca de 95% do sistema bancário nacional. Durante os anos 80 e princípio dos anos 90, o sistema bancário funcionava quase como um braço operativo do Orçamento de Estado e quase todo o crédito era direccionado para empresas estatais não rentáveis. As taxas de juro reais eram negativas, os níveis de poupança caíram e os bancos acumularam um volume considerável de crédito mal-parado.

Depois de 1992, um dos principais objectivos do programa de reforma económica do Governo foi a resolução de deficiências e problemas no sector financeiro. Permitiu-se que os bancos estrangeiros investissem em Moçambique, as taxas de juro foram desregulamentadas; as actividades reguladoras e comerciais do banco central foram separadas, sendo as últimas asseguradas pelo então criado Banco Comercial de Moçambique (BCM). No final dos anos 90, permitiu-se a entrada de capital privado, através da privatização de participações maioritárias nos dois maiores bancos comerciais. Em 1996, o BCM foi adquirido por um grupo de investidores estrangeiros liderados pelo Grupo Mello, de Portugal; em 1997, o BPD foi vendido a um banco da Malásia e a investidores moçambicanos. O BPD posteriormente alterou a sua designação para Banco Austral. Em meados de 1997 surgiu também o BCI, cujos accionistas iniciais eram a Caixa Geral de Depósitos (60%), a SCI (38.63%) e pequenos accionistas nacionais detinham o remanescente (1.37%). Esta instituição deu origem, em 2003, ao BCI Fomento, através de uma fusão por incorporação do Banco de Fomento, sendo a nova estrutura accionista constituída pela CGD e SCI com 70% do capital e detendo o Grupo BPI os restantes 30%.

No final de 2000 uma crise financeira importante atingiu o sistema bancário moçambicano, sendo o BCM - Banco Comercial de Moçambique e o BA - Banco Austral considerados insolventes. Ambos tinham um elevado volume de crédito mal-parado devido ao fraco controlo na concessão de empréstimos. Para evitar uma insolvência completa, o Governo organizou uma operação de resgate (*bail-out*) com um custo elevado: cerca de US\$ 128 milhões em 2001, o equivalente a cerca de 4% do PIB. Esta operação veio posteriormente causar alguma pressão sobre a inflação e também sobre o passivo do Estado. O Banco Austral foi vendido a um banco sul-africano e o *stock* de empréstimos problemáticos/insolventes foi transferido para uma conta do Tesouro.

A ESTRUTURA ACTUAL

O sector bancário moçambicano é relativamente pequeno - existem 12 bancos comerciais, 11 agências cooperativas e 58 operadores de microcrédito - e muito concentrado - a maior instituição possui 40% dos activos totais da banca; seis instituições possuem mais de 90% dos activos e passivos do sistema bancário, designadamente o ABC, Banco Austral, BCI-Fomento, Millenium-BIM, BMI e Standard Bank.

O processo de liberalização do sector iniciado há cerca de uma década atrás atraiu novos participantes, justificando o seu crescimento significativo. Actualmente, segundo informação do BM, existem as seguintes instituições:

Para além das características referidas, o sector bancário é geograficamente pouco disperso - cerca de metade das agências abertas ao público estão situadas na província ou na cidade de Maputo; as três principais cidades, Maputo, Beira e Nampula, possuem 132 agências, mais de metade do número total de agências bancárias no país; quase 80% do território nacional não dispõe de qualquer agência bancária. Estas são algumas das estatísticas que traduzem o reduzido grau de bancarização do país.

Operadores do sistema financeiro

	Dez-06
Bancos Comerciais	12
Agências Cooperativas	11
Operadores de microcrédito	58
Sociedades de Locação Financeira	3
Sociedades Admin. de Compras em Grupo	1
Sociedades de Investimento	1
Sociedades de Gest. de Capitais de Riscos	1
Escritórios de Rep. de Inst. de Crédito com sede no Estrangeiro	1
Casas de Câmbio	20
Entidades habilitadas ao exer. de Funções de Crédito	20

Fonte: Banco de Moçambique (BM), "Bancarização", Julho 2007.

Distribuição da Rede de Serviços Bancários e da Rede de Microfinanças

Área geográfica servida por cada agência (balcão)	3 506 km ²
Número médio de habitantes servidos por cada agência (balcão)	89,328
Distritos com agênc. bancárias (total de 128 distritos)	28
Distritos sem qualquer agênc. bancária - % do território nacional	78.50%

Fonte: Banco de Moçambique.

Distribuição de agências por Províncias

Províncias	Nº de agências	Peso no total	Distritos sem qualquer balcão (em % do território da província)
Cidade de Maputo	103	45%	-
Província de Maputo	18	8%	47%
Gaza	14	6%	80%
Inhambane	13	6%	81%
Sofala	22	10%	85%
Manica	12	5%	81%
Tete	8	4%	80%
Zambézia	10	4%	76%
Nampula	17	7%	90%
Cabo Delgado	7	3%	57%
Niassa	4	2%	96%
Total	228	100%	-

Fonte: Banco de Moçambique.

Relativamente a redes de ATM e POS, os dados mais recentes fornecidos pelo Banco de Moçambique, e que reportam a 31 de Dezembro de 2006, indicam que estes serviços se encontram praticamente concentrados em Maputo, cidade e província, representando respectivamente 57% e 69% do total nacional.

Distribuição de ATM's e POS por Províncias

Províncias	Nº ATM's	Peso no total	Nº POS's	Peso no total
Maputo*	213	57%	2251	69%
Gaza	22	6%	127	4%
Inhambane	15	4%	162	5%
Sofala	30	8%	213	6%
Manica	13	3%	68	2%
Tete	14	4%	60	2%
Zambézia	14	4%	67	2%
Nampula	31	8%	197	6%
Cabo Delgado	13	3%	81	2%
Niassa	9	2%	58	2%
Total	374	100%	3284	100%

Fonte: Banco de Moçambique.

Nota: * Cidade e província.

Nos últimos anos tem ocorrido algum movimento no sentido do alargamento da rede de balcões para além da capital, designadamente nas regiões do Centro e Norte do país. As autoridades reconhecem o papel fundamental da banca e dos serviços financeiros para o crescimento e desenvolvimento do país e também na promoção do emprego. De facto, o sector financeiro é habitualmente um sector charneira, essencial para o desenvolvimento das restantes actividades económicas. Neste contexto, é reconhecido pelas autoridades a importância da existência de actividades de microfinanças: na promoção da poupança, gerando hábitos de proximidade com o sector financeiro entre a população; e apoiando a actividade económica local, na sua maioria assente em empresas de pequena e média escala, sem acesso ao sistema financeiro tradicional, dada a habitual falta de contabilidade organizada (ou mesmo ausência de registos contabilísticos) e precariedade das garantias. Estas instituições são fundamentais no combate à pobreza e promoção do emprego (na sua maioria auto-emprego). O Banco Central reconhece a existência de várias instituições não licenciadas, que vêm desenvolvendo a actividade de microfinanças nas zonas rurais: pessoas singulares, organizações não-governamentais, comerciantes, cambistas paralelos, etc, sendo um desafio das autoridades promover a sua formalização.

SISTEMA FINANCEIRO

Finalmente, importa referir os resultados de um inquérito, que o BM dirigiu aos bancos comerciais, tendo respondido apenas os 6 maiores (com mais de 90% do activo), em que os principais constrangimentos apontados à presença dos bancos em zonas rurais são os seguintes:

1. Ausência de infra-estruturas (estradas, redes de comunicação (telefone, fax, internet...) e electricidade);
2. Elevados custos operacionais e de investimento na fase de arranque;
3. Custos associados à política monetária devido ao coeficiente de reservas obrigatórias;
4. Economia rural de dimensão reduzida;
5. Falta de sucursais do BM;
6. Mão-de-obra local sem o perfil exigido.

O DIAGNÓSTICO DO FMI

Na avaliação efectuada em meados de 2007 sobre o sistema bancário moçambicano¹, o Fundo Monetário Internacional (FMI) considerou que a capacidade de acesso ao sistema financeiro constitui o principal obstáculo ao desenvolvimento do sector privado. O desenvolvimento deste sector irá requerer a aceleração das reformas de modo a fortalecer o ambiente institucional entre os maiores emprestadores (banca comercial) e facilitar o acesso ao sistema por pequenas e médias empresas bem como nas zonas rurais. No entanto, apesar de algumas questões ainda por resolver, a instituição considera que a estratégia adoptada na reforma do sistema financeiro moçambicano constitui um bom exemplo para a gestão dos sistemas financeiros de outros países com baixo rendimento. Ainda assim, em 2002, quando foi efectuada a última avaliação do sector pelo FSAP (Financial System Assessment Program), eram visíveis os obstáculos ainda a ultrapassar:

- " Sistema muito concentrado: os 5 maiores bancos detinham cerca de 95% de quota de mercado;
- " Reduzida intermediação, reflectindo-se num pequeno papel desempenhado pelo sistema financeiro na economia real; tal resulta em pequenos rácios de crédito relativamente ao PIB e baixo multiplicador de depósitos (empréstimos/depósitos);
- " Existia um elevado nível de dolarização da economia, evidente no peso dos depósitos e crédito em moeda estrangeira (superior a 50% em ambos os casos, na altura);
- " Os bancos eram rentáveis mas o rácio de crédito mal parado era muito elevado, cerca de 21%.

Quadro comparativo de indicadores de intermediação financeira, 2002

	Crédito ao sector privado	Depósitos	Grau de dolarização dos depósitos	Grau de concentração bancária
	Em % do PIB		Em % do total dos depósitos	% dos 5 maiores bancos
Moçambique	14	23	57	96
África Subsariana	26	27	42	83
Países de baixo rendimento	18	21	49	71

Fonte: FMI .

A excessiva exposição da banca a empresas estatais com dificuldades de cumprimento de compromissos justificava a prática de *spreads* muito elevados pela banca, reflectindo-se em taxas de juro reais em meticais na ordem dos 17.5% no período entre 1999 e 2002. Este era um dos factores que alimentava a fraca intermediação financeira. Esta estava também constrangida por impedimentos legais e institucionais: por exemplo, falta de capacidade de execução de dívidas através dos tribunais, reduzida informação sobre os devedores, etc. No início da década havia, de facto, várias razões institucionais para a fraca intermediação financeira em Moçambique: tribunais ineficientes, elevado número de procedimentos, atrasos na resolução de disputas, são alguns dos motivos pelos quais existia uma fraca capacidade de fazer valer perante a lei os contratos de crédito. Adicionalmente, os fracos direitos de propriedade, os procedimentos custosos e complexos para transferir e registar propriedade inviabilizavam (ou, pelo menos, constituíam um impedimento) também que o colateral pudesse ser um activo de natureza real. Dados estes constrangimentos, os bancos optavam por cobrar taxas de juro bastante elevadas, e exigir um colateral também significativo, encarecendo e dificultando o acesso a financiamento por parte das empresas moçambicanas, que muitas vezes utilizavam lucros retidos para financiar a actividade.

Além de todos os constrangimentos referidos, a reduzida dimensão da rede de balcões, sobretudo a sua ausência em zonas rurais, para além da limitada riqueza do país, reflectiam-se numa diminuta capacidade de mobilização das poupanças. Impedimentos habitualmente

¹ FMI - "Selected Issues - Julho 2007".

SISTEMA FINANCEIRO

referidos para a reduzida expressão da rede da banca comercial nas zonas rurais incluem densidades populacionais muito baixas, mercados fracos ou inexistentes, fracas infra-estruturas físicas e de comunicações, e indisponibilidade de mão-de-obra local especializada.

Capacidade de mobilização de poupanças, densidade de balcões, 2002

	PIB per capita (US\$ 2000)	Densidade populacional (pop. Por Km ²)	População por balcão	Poupança nacional bruta (% do PIB)
Moçambique	200	23.0	85,645	11.0
África do Sul	3,093	34.5	16,842	20.2
Tanzânia	271	39.0	173,998	11.6
Zâmbia	354	13.8	66,339	17.7
Índia	448	338.4	14,888	24.3
Indonésia	683	114.1	12,547	27.1

Fonte: FMI .

MEDIDAS RECENTES

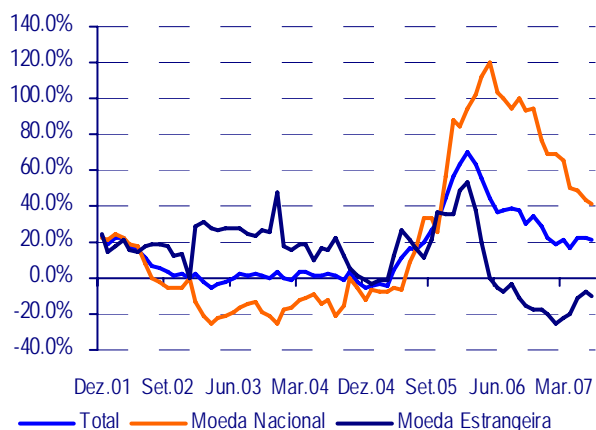
As autoridades moçambicanas (Governo e Banco de Moçambique) têm demonstrado um forte empenho na promoção da bancarização da economia. Para além de um levantamento exaustivo da situação existente e de quais os principais constrangimentos à extensão da rede de balcões, as autoridades tiveram também em consideração processos semelhantes noutros países com economias emergentes ou em desenvolvimento; nomeadamente os casos do Uganda, Botsuana, Brasil e Portugal na década de 80. Adicionalmente, as autoridades estão a desenvolver esforços e a tomar medidas no sentido de ir ao encontro das principais questões apontadas pelos bancos quando consideram o processo de expansão da rede de balcões. Assim, vêm sendo desenvolvidos esforços no sentido de alargamento das redes de electricidade e de telecomunicações; desde Dezembro de 2006, o Banco Central abriu várias agências novas: em Quelimane, Maxixe e Pemba; lançamento de um programa de apoio às finanças rurais, visando promover a actividade das microfinanças; lançamento de um conjunto de medidas com carácter excepcional, por um período de 3 a 5 anos, cuja avaliação final será efectuada em Dezembro de 2009. Entre elas destacamos:

- " Inclusão do valor de caixa nas agências que vierem a ser abertas nos distritos sem representação bancária entre os activos elegíveis para a constituição de reservas obrigatórias;
- " Exclusão no cálculo dos limites às imobilizações, por um período de 5 anos, dos montantes referentes ao investimento feito para a instalação das agências em zonas rurais;
- " Campanhas de divulgação e educação da população, explicando as vantagens de usar os bancos para colocar as poupanças e depositar dinheiro.

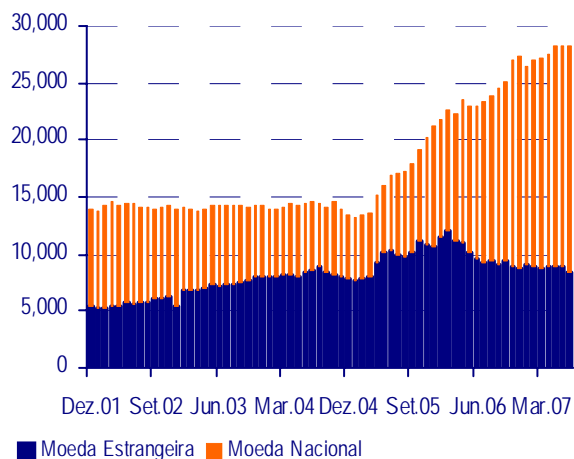
EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS

CRÉDITO À ECONOMIA E DEPÓSITOS NO SISTEMA BANCÁRIO

Crédito à economia (Var y/y)

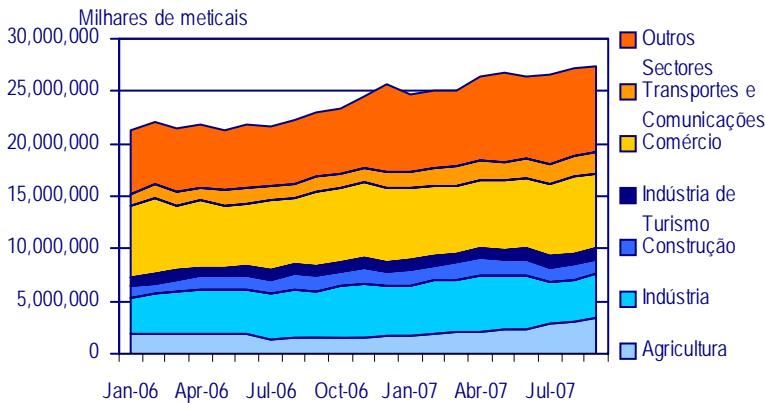


Crédito à economia (Milhões de novos meticais)



SISTEMA FINANCEIRO

Crédito por Sectores



Fonte: Banco de Moçambique.

Utilização do Crédito concedido pelo sistema bancário, 10º MTN

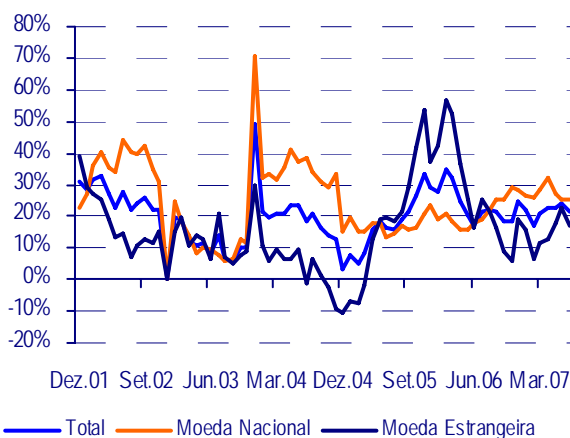
	2006	
	Total	%
Agricultura	3,164	7%
Indústria	7,353	16%
Construção	2,124	5%
Transp. e comunicações	1,943	4%
Comércio Interno	19,085	42%
Particulares	4,405	10%
Outros créditos	7,479	16%
Total	45,553	100%
Dos quais		
Meios circulantes	36,311	80%
Investimento	9,244	20%

Fonte: INE de Moçambique.

O crédito concedido pelo sistema financeiro tem tido um comportamento relativamente heterogéneo desde o início da década. Até finais de 2004, o crédito total concedido à economia registou taxas de crescimento modestas, próximo de zero, ocorrendo apenas na altura uma maior preferência pelo crédito em moeda estrangeira em detrimento dos financiamentos em meticais. Esta evolução ficou a dever-se a uma medida prudencial, introduzida em Julho de 2005, segundo a qual os bancos têm de constituir provisões sobre 50% dos empréstimos em moeda estrangeira, concedidos a empresas não exportadoras, reflectindo-se no aumento dos custos de financiamento para estes casos. Esta medida reduziu a exposição dos bancos a credores sem cobertura de riscos adequada (neste caso cambial) e não parece ter tido impacto sobre a intermediação financeira, atendendo ao rácio crescente de crédito/depósitos. No entanto, desde meados de 2005 a situação alterou-se, observando-se desde então o aumento paulatino do crédito concedido em moeda nacional. Em meados de 2007 o crédito em moeda nacional superava os 15 mil milhões de meticais enquanto os financiamentos em moeda estrangeira não chegavam aos 10 mil milhões.

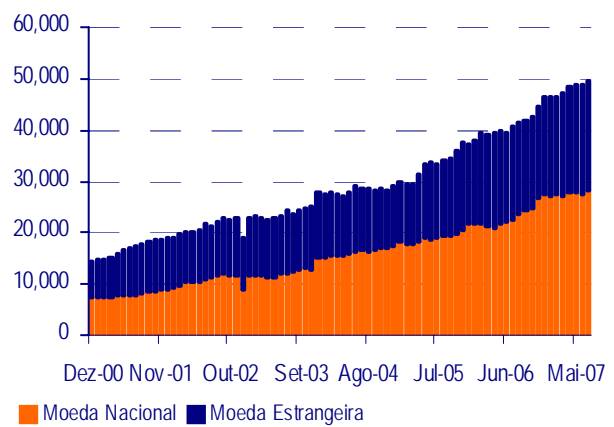
São as empresas quem maioritariamente pede financiamento aos bancos - em 2006, segundo o INE, apenas 10% do total de crédito foi concedido a particulares. Tal reflecte, por um lado, o facto de uma parcela significativa da população não auferir de rendimentos certos que lhe possibilitem aceder ao financiamento bancário; por outro, é também o espelho da quase ausência do mercado imobiliário e de habitação, cujo funcionamento mais dinâmico é dificultado por questões de ordem jurídica, nomeadamente a impossibilidade de detenção privada de terras. Relativamente à partição do crédito por sectores, a maior parte dos financiamentos destinaram-se a actividades relacionadas com o comércio interno e indústria, na sua maioria para financiamento dos meios circulantes.

Depósitos (Var y/y)



Fonte: Banco de Moçambique, BBPI.

Depósitos (Milhões de novos Meticais)



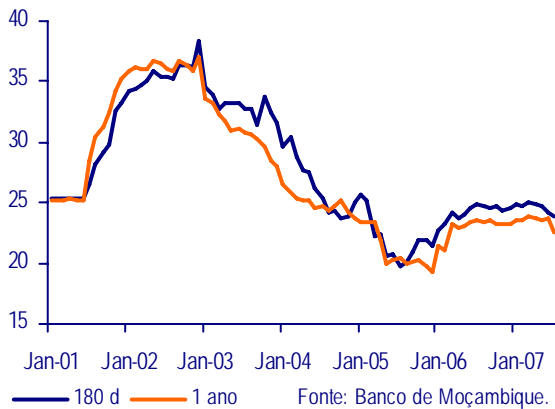
Fonte: Banco de Moçambique, BBPI.

SISTEMA FINANCEIRO

Os depósitos no sistema bancário têm vindo a aumentar paulatinamente, com destaque para os depósitos em meticais, que nos últimos anos se sobrepuseram aos depósitos constituídos em moeda estrangeira. Em meados de 2007, os depósitos totais cresciam a uma taxa em torno dos 30% enquanto os denominados em moeda estrangeira aumentavam a um ritmo em torno dos 10%. Esta nítida preferência por depósitos e crédito em moeda nacional constitui um sinal evidente de confiança, por parte da população, no processo de estabilização macroeconómica depois de anos sucessivos de instabilidade induzida, quase sempre, por choques exógenos adversos.

TAXAS DE JURO ACTIVAS E PASSIVAS EM MOEDA NACIONAL

Taxas de juro activas - Em moeda nacional



Taxas de juro passivas - Em moeda nacional

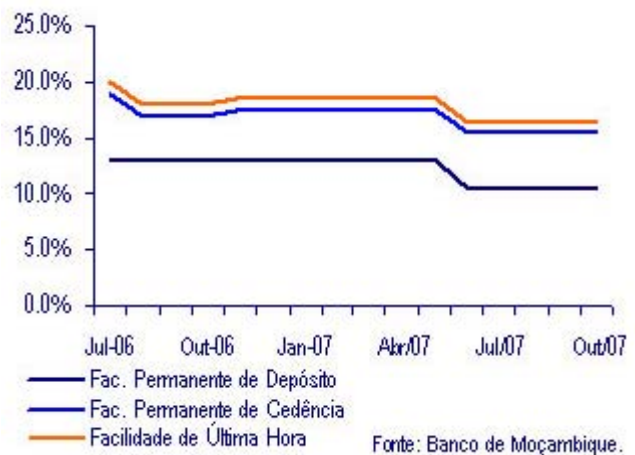


Nos anos 2002-03 as taxas de juro praticadas pelo sistema bancário registaram uma acentuada pressão ascendente. A taxa de juro para empréstimos a 6 meses superou, nessa altura, 35% enquanto os depósitos para o mesmo prazo eram remunerados a cerca de 20%. Depois de uma descida pronunciada, as taxas de juro praticadas ao público pelo sistema bancário estabilizaram desde inícios de 2006. Em meados de 2007, a taxa de juro de um empréstimo a 6 meses situava-se em torno dos 25%, enquanto os depósitos para o mesmo prazo eram remunerados a cerca de 13%. Este elevado diferencial é sobretudo fruto de restrições estruturais à intermediação financeira, incluindo competição reduzida no sistema bancário, elevada proporção de incumprimentos, elevados custos operacionais das Instituições de Crédito, ausência de mecanismos judiciais para facilitar a recuperação de créditos e dificuldades na obtenção e uso de colateral.

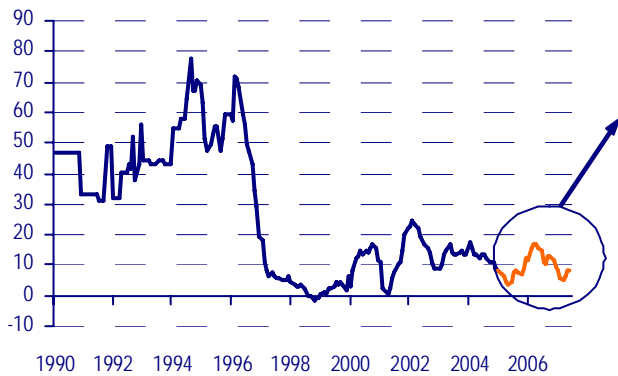
POLÍTICA MONETÁRIA, INFLAÇÃO E MERCADOS

Desde meados da década de 90, o Banco de Moçambique tem visado o objectivo de inflação como um dos principais alvos. Ainda que pontualmente tenham ocorrido alguns episódios inflacionistas, na sua maior parte provocados por choques exógenos adversos, a linha de actuação do BM tem sido relativamente bem sucedida. A política de combate à inflação tem incluído o controlo do crescimento da base monetária, reduzindo liquidez na economia, via emissão de Bilhetes do Tesouro e venda de moeda estrangeira, mantendo a taxa de câmbio estável de forma a controlar a inflação importada. Em Outubro de 1997 foi criado o mercado monetário interbancário para melhorar a gestão de liquidez por parte do sistema financeiro. A taxa de desconto permaneceu estável em 9.95% desde 1998 mas as restantes taxas de intervenção têm-se apresentado mais elevadas. Para melhorar a gestão da liquidez, em 2004 o BM começou a realizar operações de *open-market* semanais, com maturidades de 91 e 182 dias e introduziu operações diárias com instrumentos de maturidades muito curtas (entre 1 e 6 dias) para melhorar o controlo de liquidez. Desde Julho de 2007, as taxas permanentes de cedência e absorção situam-se em 15.5% e 10.5%, respectivamente, enquanto a facilidade de última hora está fixa em 16.5% (ver gráfico). Em anexo, encontra-se uma tabela com informação adicional respeitante a taxas de juro médias praticadas no mercado monetário interbancário.

Taxas de Intervenção do BM

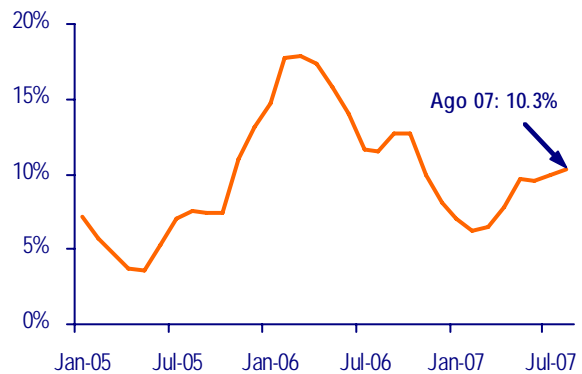


Inflação em Moçambique (Taxa de Var. Homóloga)



Fonte: FMI, Bloomberg.

Inflação em Moçambique (Taxa de Var. Homóloga)



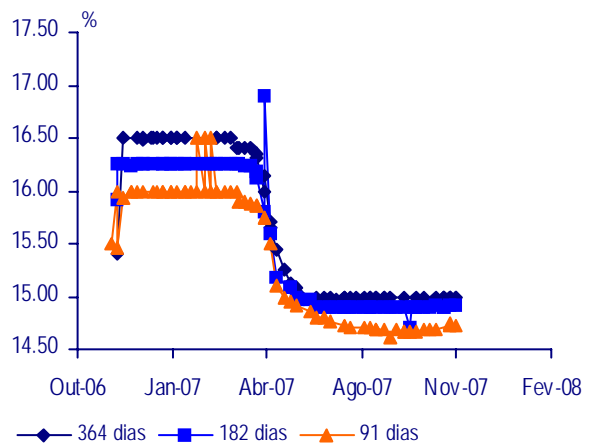
Fonte: INE em Maputo.

INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA: BILHETES DO TESOURO

A emissão de Bilhetes do Tesouro constitui um dos instrumentos utilizados pelo Banco Central para o controlo da liquidez excedentária, realizando para tal leilões regulares, todas as quartas feiras. No quadro seguinte constam as taxas e montantes aplicados em algumas das colocações efectuadas em Novembro de 2007. No gráfico adjacente observa-se a evolução das taxas médias de colocação ao longo do último ano, podendo observar-se uma estabilidade significativa, para além de uma habitual inclinação positiva da curva de rendimentos.

Observando os resultados semanais dos leilões de BT's, conclui-se que as maturidades preferidas têm sido as mais longas, reflectindo a posição estrutural excedentária das instituições financeiras. A título de exemplo, em Outubro de 2007, o montante médio de colocação nos leilões de BT's de 1 ano situou-se em 122 milhões de meticaís, que compara com apenas 35 e 78 milhões de meticaís, respectivamente nos prazos de 182 e 91 dias. Nesse mesmo mês, o montante total absorvido via BT's para os vários prazos foi o seguinte: 91d: 311 milhões de meticaís; 182 d: 246 milhões de meticaís; 364 d: 1099 milhões de meticaís.

Taxas Médias de Colocação de Bilhetes do Tesouro (Merc. Primário)



Fonte: Banco de Moçambique; BBPI.

Taxa de juro média ponderada das últimas 6 (seis) colocações de BT's para prazos iguais ou superiores a 63 dias

Data	Data-Valor	Prazo (dias)	Montante (Milhões de MT)	Taxa Média Ponderada (%)
07.11.07	07.11.07	91	50	14.75
07.11.07	07.11.07	364	100	15.00
14.11.07	14.11.07	91	80	14.72
14.11.07	14.11.07	182	30	14.91
14.11.07	14.11.07	364	147	15.00
14.11.07	14.11.07	364	33	15.00
Totais			440	14.91

Fonte: Banco de Moçambique

SISTEMA FINANCEIRO

De acordo com a informação disponibilizada pelo Banco de Moçambique, os montantes e saldo dos títulos em carteira das instituições financeiras era o seguinte em meados de Novembro:

Bilhetes do Tesouro em Carteira das Instituições Financeiras

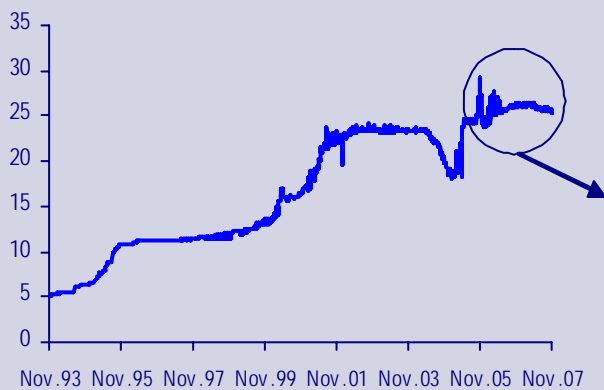
Prazo	28 Dias	63 Dias	91 Dias	182 Dias	364 Dias	TOTAL
Taxa média ponderada dos Títulos em carteira (%)	(a)	(a)	14.69	14.92	15.67	15.47
Saldo de Títulos (em milhões de MT)	(a)	(a)	999.6	2,241.60	10,318.30	13,559.40
Taxa média ponderada da última colocação (%)	19	11.56	14.72	14.91	15	14.91
Data da última Colocação	2002-08-14	2003-11-26	2007-11-14	2007-11-14	2007-11-14	2007-11-14
Saldo de Títulos em poder do público (em milhões de MT)						1,415.60

Fonte: Banco de Moçambique.

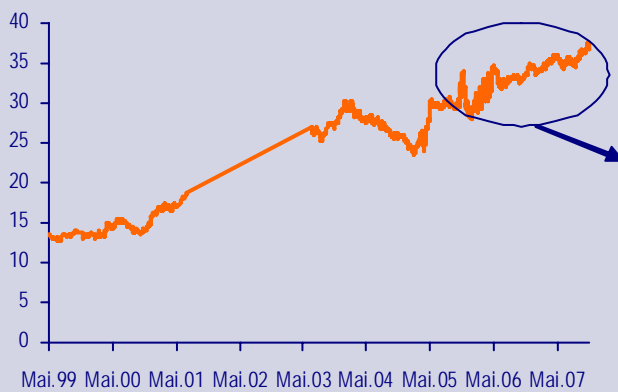
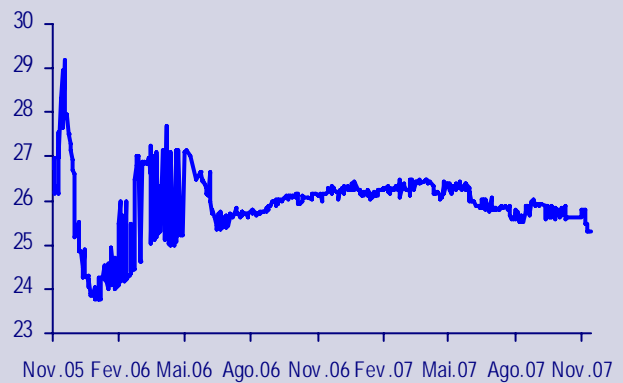
Nota: (a) - Não há Bilhetes do Tesouro em carteira para este prazo.

TAXA DE CÂMBIO

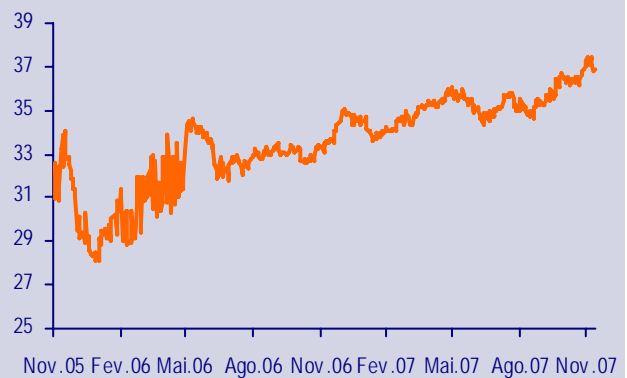
Evolução do Metical



— USDMTN



— EURMTN



Fonte: Bloomberg.

Em Janeiro de 2005, o regime cambial tornou-se mais flexível, tendo o Banco de Moçambique introduzido leilões cambiais. Até meados de 2006 era notória uma forte volatilidade da taxa de câmbio, induzida sobretudo pela pouca profundidade do mercado que reagia de forma acentuada a alterações de carteiras das instituições ou aumento inesperado de trocas comerciais (por exemplo, compras de petróleo). Desde inícios de 2007, o metical tem evoluído de forma bastante estável contra o dólar dos EUA, em torno de 26 MZN por cada USD, reflexo da forte presença do banco central, intervindo para equilibrar o mercado e estabilizar a cotação. Dada a posição estruturalmente

SISTEMA FINANCEIRO

deficitária das contas externas, a necessidade de controlo da inflação e o impacto significativo do envio dos fundos por parte dos doadores internacionais, torna-se necessária a presença constante da autoridade, assegurando a estabilidade da moeda, apesar de ser evidente alguma flexibilização na política cambial.

O funcionamento incerto dos leilões cambiais e a volatilidade da cotação do petróleo e do alumínio, são os principais riscos para a evolução cambial a médio prazo, podendo colocar pressão de depreciação adicional sobre a moeda. No entanto, o esperado crescimento das reservas cambiais do BM, reflectindo o envio das ajudas internacionais, deverá constituir um importante suporte para a política do banco central, assegurando uma trajectória de lenta e gradual depreciação.

Cotação anual média do metical

	USDMZN	EURMZN
2000	15.56	14.31
2001	20.52	22.03
2002	23.27	n.a.
2003	23.37	27.04
2004	22.12	27.44
2005	22.88	28.35
2006	25.82	32.48
2007*	26.01	35.29

Fonte: Bloomberg, BBPI.

Nota: 2007 Inclui informação até Novembro

...A COMPOSIÇÃO DA BALANÇA CORRENTE

Balança Corrente: % do PIB

	2004	2005	2006 (est)	2007 (prev)	2008 (prev)	2009 (prev)	2010 (prev)
Balança Comercial	-8.8%	-10.5%	-6.5%	-6.4%	-7.6%	-8.4%	-8.7%
Exportações de Mercadorias	25.0%	25.4%	31.9%	30.5%	26.5%	23.8%	22.1%
das quais megaprojectos	10.9%	9.9%	11.6%	12.5%	13.1%	13.1%	13.4%
Importações de Mercadorias	-33.8%	-35.9%	-38.4%	-36.8%	-34.2%	-32.1%	-30.8%
das quais megaprojectos	-7.7%	-8.7%	-11.3%	-9.2%	-8.1%	-7.0%	-6.5%
Serviços e Rendimentos, Líquido	-5.0%	-5.2%	-7.6%	-10.8%	-8.1%	-6.9%	-6.2%
Balança Corrente, antes de doações	-14.1%	-15.8%	-13.6%	-17.9%	-17.0%	-17.0%	-16.9%
Doações*	8.9%	6.7%	33.2%	11.7%	10.9%	10.1%	9.2%
Balança Corrente, com doações	-5.2%	-9.1%	19.6%	-6.2%	-6.1%	-6.9%	-7.7%

Fonte: FMI, Country Rep. Julho 07.

Nota : (*) Inclui perdão de dívida (em 2006) ao abrigo de MDRI pelo FMI, AfDB e IDA.

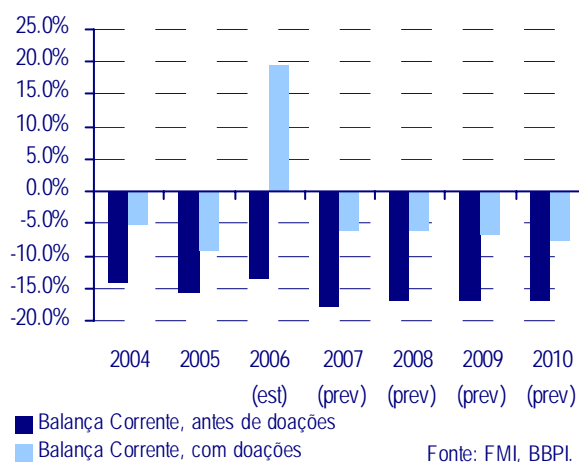
Se excluirmos o impacto dos donativos internacionais, emolpados em 2006 pelo facto do país ter beneficiado do acesso à iniciativa de Redução da Dívida Multilateral (MDRI, na terminologia inglesa), a Balança Corrente de Moçambique tem apresentado um saldo significativamente deficitário, próximo dos 15% do PIB nos últimos anos. Segundo as estimativas do FMI, o saldo da Balança Corrente terá decrescido para 13.6% do PIB em 2006 (sem donativos), prevendo a organização um agravamento, para 17.9% este ano. Refira-se que, oficialmente, o saldo da Balança Corrente moçambicana inclui as doações e os perdões de dívida, última linha apresentada no quadro.

O saldo da Balança Comercial contribui significativamente para o défice global, pois Moçambique importa uma parte significativa de mercadorias, bens essenciais e matérias-primas, estando a maior parte das exportações relacionadas com os designados megaprojectos. A Balança de Serviços é também deficitária, reflectindo a necessidade de recorrer a serviços externos, por exemplo, de transporte; e a Balança de Rendimentos constitui o espelho do repatriamento de lucros, na sua maior parte também associados aos megaprojectos. Já a rubrica das Transferências Unilaterais, constitui um dos principais contributos positivos para a Balança Corrente, reflectindo o envio de ajudas pelos doadores internacionais e, em 2006, o perdão de dívida ao abrigo do MDRI.

Subjacente à notória volatilidade da situação externa moçambicana está, sobretudo, o efeito dos designados megaprojectos, contribuindo positiva ou negativamente para as contas com o exterior consoante a fase em que se encontram. Estes são projectos de envergadura, envolvendo habitualmente investidores externos e sujeitos a um enquadramento fiscal e regulamentar específico, conferido pelo Governo de Moçambique como contrapartida ao seu contributo para o desenvolvimento e crescimento económico. Em 2006, por exemplo, a melhoria verificada na Balança de Mercadorias reflecte sobretudo o aumento de produção da Mozal, beneficiando também de um aumento dos preços no mercado internacional. Em contrapartida, a ligeira deterioração esperada para 2007 e 2008 reflecte a entrada em funcionamento de novos projectos na indústria extractiva (areias pesadas de Moma, por exemplo), aumentando as importações de bens de capital, enquanto o seu contributo para as exportações far-se-á sentir posteriormente.

A expectativa de andamento do saldo da Balança de Mercadorias reflecte não só as previsões de evolução dos preços de alumínio, como também a expectativa de entrada em pleno funcionamento de alguns dos projectos já referidos, nomeadamente Moma. Relativamente às importações, espera-se um comportamento mais contido nos próximos anos, dado que as necessidades de capital por parte dos maiores megaprojectos já estão satisfeitas e os projectos ainda em fase de implementação são de menor dimensão e não necessitam de tanto capital. Em contrapartida, a Balança de Serviços deverá continuar deficitária e possivelmente agravar-se-á o seu saldo, dadas as necessidades de transportes e outros serviços inerentes à entrada em pleno funcionamento dos designados megaprojectos. Por sua vez, a Balança de

Balança Corrente, em % do PIB



SECTOR EXTERNO

Rendimentos deverá manter-se deficitária, reflexo do repatriamento de lucros pelas multinacionais, mais que compensando os efeitos do perdão da dívida pelo Banco Mundial e FMI, ao abrigo dos Acordos das Nações mais Desfavorecidas. Em contrapartida, o saldo das Transferências Correntes manter-se-á superavitário, reflectindo as entradas de capitais provenientes das ajudas internacionais e das remessas de emigrantes.

...A INFLUÊNCIA DOS MEGAPROJECTOS

A quota de Moçambique no comércio externo mundial aumentou significativamente nos últimos anos. A sua quota nas exportações mundiais mais que duplicou entre 2001 e 2006, aumentando mais do que a média dos países da África Subsariana e dos ASEAN4¹.

No entanto, a boa *performance* de Moçambique no comércio externo reflecte sobretudo as exportações relacionadas com os megaprojectos, sobretudo alumínio, e não ganhos de competitividade alargados. Refira-se que os efeitos de contágio dos megaprojectos ao resto da economia são reduzidos devido à sua natureza capital intensiva, ao facto de a maior parte dos lucros ser repatriada, porque existem poucas actividade de ligação horizontal e vertical ao resto da economia, e também devido ao reduzido contributo fiscal. Desde 2001, o peso dos megaprojectos nas exportações moçambicanas tem sido crescente, situando-se acima dos 70% em 2005, segundo o Banco de Moçambique. O FMI estima que este valor seja próximo dos 80%. Relativamente às importações, no mesmo período os megaprojectos representaram entre 30% e 20%.

Internamente, políticas favoráveis aos megaprojectos estiveram na base do desenvolvimento deste tipo de estrutura comercial: para além dos termos de troca favoráveis e de isenções fiscais, a maior parte dos designados megaprojectos qualifica-se como Zonas Francas Industriais, actividades que auferem de vantagens significativas; por exemplo, a Mozal está não só isenta de tarifas aduaneiras mas também de impostos sobre a propriedade, valor acrescentado e de imposto específico sobre o consumo. 19 indústrias em Moçambique beneficiam deste estatuto, incluindo a Mozal, Moma (1 grande companhia mineira), várias empresas de têxteis, pneus e indústrias de engenharia.

A orientação comercial do país decorreu também de políticas e opções tomadas internamente das quais as medidas de protecção para as indústrias de açúcar e caju constituem um exemplo. No final dos anos 90, para proteger indústrias nascentes, Moçambique introduziu um imposto sobre a exportação de caju em bruto para incentivo da transformação em território nacional (18%) e uma taxa sobre a importação de açúcar (25%), medidas que ainda hoje estão em vigor. No caso no açúcar, esta tarifa foi introduzida como contrapartida de um grande investimento externo numa zona desfavorecida (investimento proveniente da África do Sul e Maurícias). Em resultado desta medida, a capacidade de produção e o output das refinarias de açúcar aumentou significativamente.

...LIBERALIZAÇÃO, ABERTURA AO EXTERIOR E COMPETITIVIDADE EXTERNA

O regime de tarifas aduaneiras moçambicano não é considerado excessivamente restritivo: a tarifa média é de 12.1%, sendo 9.1% em termos médios ponderados. Considerando as tarifas à importação em termos médios ponderados, Moçambique é a economia com a 5ª maior tarifa, depois da África do Sul, Maurícias, Angola e da Tanzânia. A estrutura aduaneira é relativamente simples (apenas 4 tipos de tarifas: 2,5%; 5%; 7% e 20%).

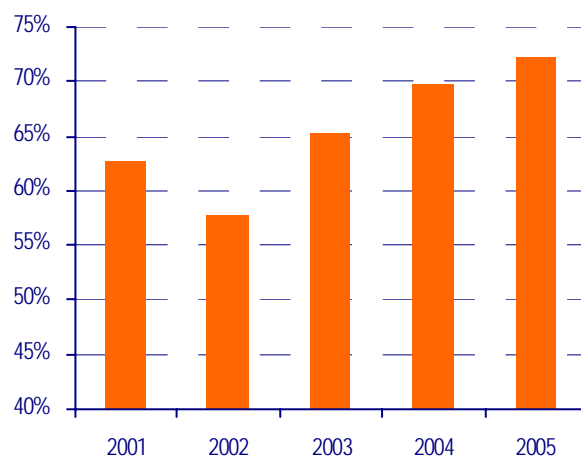
Quota nas exportações mundiais

	1991-00	2001-06
Moçambique	0.01	0.02
África Sub-saariana	1.5	1.64
ASEAN 4 ⁽¹⁾	3.52	3.51

Fonte: FMI.

Nota: ⁽¹⁾ Filipinas, Indonésia, Tailândia e Malásia.

Peso dos megaprojectos nas exportações



Fonte: Banco de Moçambique.

¹ Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia.

SECTOR EXTERNO

As barreiras não tarifárias são menos restritivas do que as dos países vizinhos. A necessidade de solicitar licenças e autorizações antes da importação são um exemplo deste tipo de barreiras.

O movimento de liberalização comercial também contribuiu para abrir a economia moçambicana ao exterior. O peso das importações no PIB aumentou de 14% para 43% nos últimos 15 anos, mais do que a média dos países da região da África Subsariana (SSA) (32%). O peso médio das exportações registou também um aumento nesse período, duplicando o seu peso no PIB graças aos megaprojectos: de 15% para 29% entre 1991 e 2006. Todavia, neste capítulo Moçambique compara desfavoravelmente com a média dos seus parceiros regionais: SSA 32.5%; ASEAN 4: 63.7%.

No entanto, a liberalização comercial ainda não produziu efeitos no sentido da melhoria da competitividade externa ao nível micro-económico. Um inquérito recente revelou que entre 2002 e 2006 o número de empresas exportadoras aumentou apenas 2% enquanto o de empresas importadoras aumentou 20%. Poucas empresas afirmaram ter diversificado a sua produção ou introduzido novos produtos. Adicionalmente, o ambiente negocial ainda é fraco apesar de ter melhorado nos últimos anos; os procedimentos processuais inerentes à passagem da fronteira (com mercadorias) ainda constituem os maiores impedimentos ao ambiente negocial em Moçambique. As empresas de média ou baixa dimensão avaliam todos os inúmeros procedimentos e verificações alfandegárias como sendo pouco transparentes e muito custosos. Verifica-se adicionalmente alguma inexactidão entre as estatísticas oficiais moçambicanas de comércio externo e as apresentadas pelas respectivas contrapartes, sugerindo alguma ineficácia neste controlo.

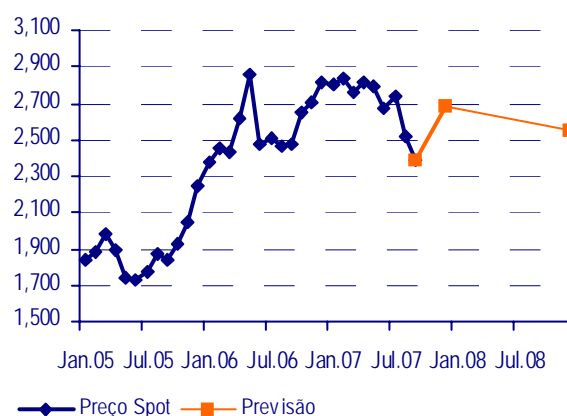
...COMÉRCIO EXTERNO POR PRODUTOS

O alumínio é, sem dúvida, o maior contribuinte individual para as exportações moçambicanas. Desde o início da década tem representado entre 45% e 60% das exportações totais de mercadorias. Apesar do contributo acrescido das exportações de energia eléctrica e de gás, da entrada em funcionamento da exploração das minas de areias pesadas de Moma, e da expectativa de progressivo maior contributo das exportações de produtos agrícolas (açúcar, caju e tabaco), o alumínio continuará provavelmente a desempenhar um papel preponderante na balança externa, pelo que o andamento dos preços desta *commodity* no mercado internacional será sempre uma variável a ter em conta e que ditará volatilidade na evolução das contas externas.

Entre as restantes mercadorias exportadas, fora dos megaprojectos, têm ganho algum relevo as exportações de açúcar, tabaco e algodão.

Esta tendência deve manter-se, mas será bastante gradual atendendo ao preço baixo deste tipo de produto. Refira-se que existem vários projectos nesta área em fase de desenvolvimento e que visam aumentar a produção agrícola, dado o seu impacto positivo nas zonas rurais, mais pobres, pois são actividades maioritariamente trabalho intensivas. Em contrapartida, entre 2001 e 2005, as vendas ao exterior de camarão perderam expressão, o que se ficou a dever a questões relacionadas com dificuldades na sua conservação.

Preços do alumínio no mercado internacional
(US\$ por tonelada)



Fonte: Ecwin; previsões Economist Intelligence Unit.

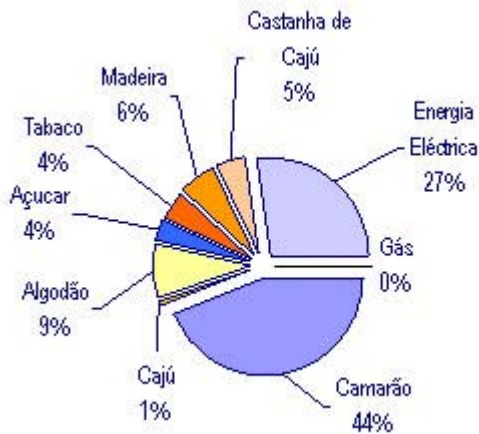
Exportações de Mercadorias, por produtos (USD, milhões)

	2001	2002	2003	2004	2005	Peso em 2005
Camarão	92.4	114.2	75.8	91.8	70.9	4.6%
Caju	2.1	1.1	1.5	8.0	5.5	0.4%
Algodão	18.3	15.9	32.4	35.8	56.3	3.7%
Açúcar	8.1	18.1	18.8	25.8	37.7	2.5%
Tabaco	9.2	24.5	21.5	40.9	43.2	2.8%
Madeira	12.6	18.0	20.4	30.0	32.4	2.1%
Castanha de Caju	10.9	16.2	7.4	21.2	17.6	1.2%
Energia Eléctrica	57.3	107.4	113.3	102.3	141.8	9.3%
Gás	0.0	0.0	0.0	31.3	100.2	6.6%
Alumínio	383.1	361.1	567.6	915.0	1,020.5	66.9%
Exportações excl. grandes projectos	262.7	341.3	363.0	455.3	482.8	27.7%
Exportações Totais de mercadorias	703.1	809.8	1,043.9	1,503.9	1,745.3	100.0

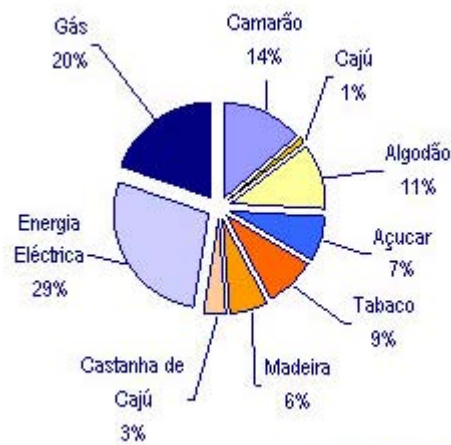
Fonte: Banco de Moçambique.

Exportações de mercadorias (não inclui alumínio)

2001



2005



Fonte: Banco de Moçambique.

...OS PARCEIROS COMERCIAIS

O principal mercado de exportação de Moçambique é a Europa, designadamente os Países Baixos, que desde 2004 são o país receptor do alumínio produzido pela Mozal². Mais uma vez o comércio desta mercadoria domina todas as estatísticas provenientes do comércio externo e a seu lado, os restantes números perdem expressão. Para além da Holanda, destacam-se também Portugal e Espanha como mercados de destino, ainda que com pouco expressão nas exportações de Moçambique, em torno de 1-2%. Outros importantes destinos das vendas ao exterior são a África do Sul, o Zimbabué e o Malawi, países pertencentes à SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)³, organização que visa harmonizar as tarifas aduaneiras e, no limite, criar uma zona de comércio livre e uma zona monetária comum. As principais origens de importações são a África do Sul, Holanda, Portugal, Índia e os EUA.

Principais destinos das exportações (2005)

(milhões USD)

	% do total
Países Baixos	59.7%
África do Sul	16.2%
Malawi	2.8%
Zimbabue	2.9%
EUA	2.2%

Fonte: Banco de Moçambique.

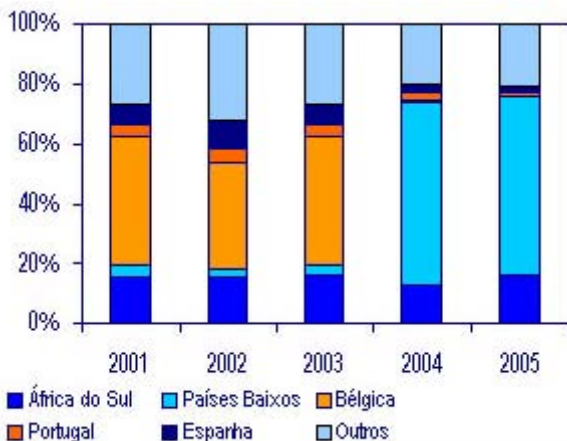
Principais origens das importações (2005)

(milhões USD)

	% do total
África do Sul	42.9%
Países Baixos	11.5%
Portugal	3.6%
India	3.6%
China	2.5%

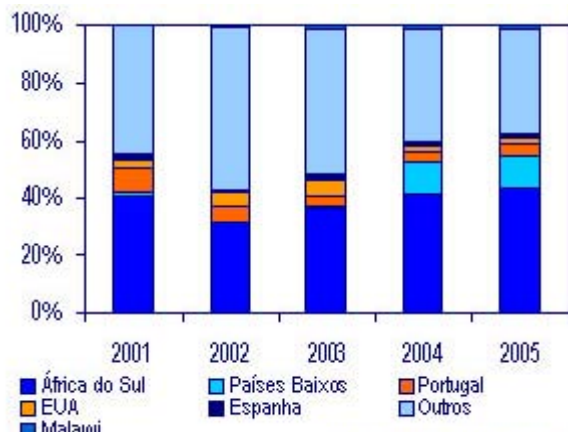
Fonte: Banco de Moçambique.

Exportações, por país de destino



Fonte: Banco de Moçambique.

Importações, por país de origem



Fonte: Banco de Moçambique.

² É uma questão estatística. A Mozal reexporta para a BHP Billiton, empresa-mãe, com sede fiscal na Holanda. As exportações de alumínio representaram mais de 90% das exportações para os Países Baixos, em 2004 e 2005; ³ África do Sul, Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia, Zimbabué.

SECTOR EXTERNO

Dois processos irão delinear a política de comércio externo do país nos próximos anos. Por um lado, o movimento de integração regional em curso, designadamente através da participação na SADC; por outro lado o culminar das negociações no âmbito da EPA - Economic Partnership Agreement, negociações que decorrem desde início de 2002, entre os países ACP e a União Europeia e que visam redefinir os regimes comerciais entre os dois blocos, nomeadamente depois da extinção dos acordos de Lomé, em que se definiam regimes de acesso privilegiado dos países ACP ao mercado Europeu. O desenrolar destas negociações será fundamental para todos os países que pretendem desenvolver uma base manufacturera no futuro próximo, dada a importância do mercado Europeu no comércio global. Por seu turno, a participação na SADC implica que o cumprimento de um calendário de redução de tarifas respeitantes ao comércio intra-regional, que terá início em 2008 e culminará em 2015 com a eliminação de todos os impostos aduaneiros (apenas os respeitantes aos países participantes na organização). Em Janeiro de 2006, e tendo já em conta o calendário referido, Moçambique reduziu a quota máxima sobre as importações, de 25% para 20%, solicitando à Assembleia Nacional a extensão desta decisão a todos os parceiros comerciais e não apenas aos restantes membros da SADC.

Balança de Pagamentos (US\$ Milhões)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006E	2007E
Balança Corrente	-462	-543	-440	-305	-620	1515	-506
Investimento Directo Estrangeiro	255	380	342	245	105	154	299
Amortização de empréstimos	-403	-182	-210	-291	-251	-2147	-307
Empréstimos externos	167	802	395	463	463	603	572
Balança de Capitais	99	871	433	333	347	-1411	580
Capitais de curto prazo e erros e omissões	99	-230	129	185	216	34	0
Balança Global (= - Financiamento)	-343	98	122	213	-57	139	74

Fonte: Economist Intelligence Unit, FMI.

...INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO - IDE

Os abundantes recursos naturais, designadamente energéticos, e a estabilidade política e económica fizeram de Moçambique um dos pólos de atracção de IDE no sudoeste de África. O stock de IDE alcançou US\$ 2.4 mil milhões em 2005, segundo dados da OCDE.

Depois de estarem concluídos os maiores megaprojectos em 2003-04, as entradas de IDE abrandaram significativamente: nos anos entre 2001 e 2004 as entradas anuais líquidas, em média, superaram os 300 milhões de USD, cerca de 6% do PIB; em contrapartida, no triénio 2005-07 não deverá exceder os 2% do PIB, em média.

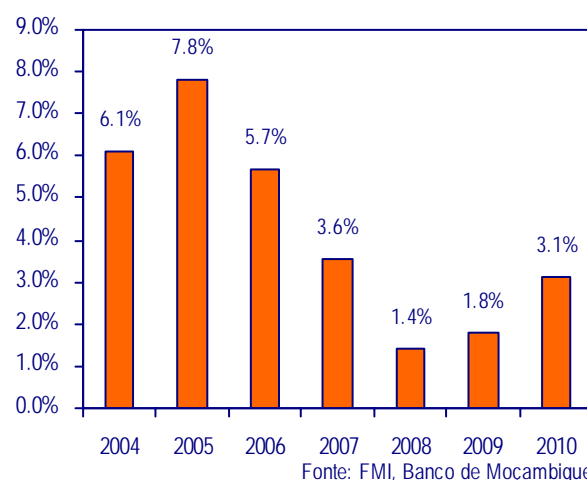
A proveniência do capital investido dependeu essencialmente dos principais investidores nos megaprojectos, tendo-se evidenciado em 2004 o Brasil e as Maurícias, enquanto em 2005 a proveniência de fundos esteve mais repartida, representando Portugal, França, Índia, África do Sul e Reino Unido cerca de 70% do total.

IDE por país de origem (USD milhões), 2004-2005

Pais de origem	2004	Peso (%)	2005	Peso (%)	Nº de ordem
Total	244.7	100	107.9	100	-
Portugal	13.0	5	20.3	19	1º
França	1.3	1	19.1	18	2º
Índia	0.1	0	12.6	12	3º
África do Sul	4.1	2	12.2	11	4º
Reino Unido	10.1	4	10.7	10	5º
Maurícias	79.4	32	8.0	7	6º
Bahamas	0.0	0	5.6	5	7º
Suíça	0.2	0	3.9	4	8º
Brasil	122.8	50	0.0	0	9º
Outros países (a)	13.4	5	15.3	14	-

Fonte: Banco de Moçambique.

Nota: (a) - Malawi, Ilha da Reunião, Ilhas Virgens Brit, Suazilândia, Zimbabué, Espanha, Áustria, Noruega, Alemanha, Singapura, Dinamarca, Emirados Árabes Unidos, Japão, Países Baixos, Itália, EUA.

IDE Líquido em % do PIB

IDE por sectores de actividade (USD milhões), 2004-2005

Descrição	2004	Peso (%)	2005	Peso (%)
Total	244.7	100	107.9	100
Indústrias extractivas (carvão, petróleo, gás e minerais)	173.2	71	26.4	24
Serviços Ferro-portuários	0	0	25.2	23
Pesca	6.9	3	19.5	18
Alojamentos e restaurantes (hotéis, restaurantes e similares)	2.3	1	10.8	10
Comércio por Grosso e a retalho (e reparações diversas)	5.9	2	10.4	10
Construção	10.9	4	8.1	8
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços a empresas	1.4	1	7.3	7
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	1.7	1	7.2	7
Produção e distribuição de electricidade, Gás e Água	0	0	2.5	2
Actividades Financeiras	7.6	3	1.9	2
Educação	0	0	1.3	1
Transporte, armazenagens e comunicações	29.3	12	-1.7	-2
Indústrias transformadoras (alimentares, bebidas, tabaco e têxteis)	4.7	2	-10.9	-10

Fonte: Banco de Moçambique.

Nos próximos anos, as entradas de capital deverão aumentar de novo, à medida que novos projectos no sector mineiro e do turismo se iniciam. A expansão da Mozal e do corredor de areias estão entre os maiores investimentos previstos. As autoridades moçambicanas esperam que 2007 seja um ano excepcional em termos de entradas de IDE, dado os projectos já aprovados - refinaria petrolífera de Nacala, com um investimento de cerca de US\$5 mil milhões; fábrica de produção de etanol, com capital estimado em US\$ 510 milhões. Considerando os projectos que se encontram também em fase de aprovação, as entradas de IDE, em 2007, poderão alcançar US\$9 mil milhões, segundo as autoridades.

POLÍTICA DE INCENTIVOS

As autoridades moçambicanas têm prosseguido uma política activa de atracção de IDE, englobando um conjunto de incentivos de vária ordem (fiscal, repatriação de lucros, etc) ao investimento directo bem como acesso facilitado ao mercado através do sistema "one-stop-shop", em que o investidor tem apenas um interlocutor inicial, o Centro de Promoção de Investimentos (CPI). O capital tem de ser superior a US\$ 50 mil para que ao requerente seja conferido o estatuto de investidor estrangeiro (poderá ser um nacional, desde que uma parte desses fundos venham do exterior), o qual lhe confere um conjunto de direitos, mas também de deveres:

- " Não tem limite de transferência de divisas para o exterior, mas para tal deverá registar-se junto do Banco central;
- " Não tem que fazer parcerias com nacionais mas é obrigatório constituir uma empresa de direito moçambicano.
- " Durante a fase de implementação do projecto (primeiros 5 anos) o investidor tem direito a regalias fiscais, designadamente crédito de imposto sobre os rendimentos de pessoas colectivas entre 5% a 20%, o qual varia com o tipo de actividade (é maior no sector agrícola e turismo, por exemplo); estes incentivos são maiores nas zonas de baixo desenvolvimento: província de Niassa e Tete, por exemplo.
- " O investidor tem direito à isenção de direitos aduaneiros e de IVA sobre equipamento importado da classe "K" (maquinaria, veículos, excepto de luxo, etc); isenção de imposto de selo em diversos tipos de actos (constituição da empresa, alteração do capital e pacto social) nos primeiros 5 anos de constituição da empresa;
- " Redução de 50% da taxa de Siza na aquisição de imóveis destinados à Indústria, Agro-Indústria e hotelaria, desde que adquiridos nos primeiros três anos a contar da data de autorização do investimento;

Em simultâneo, são oferecidas ao investidor garantias de vária ordem, nomeadamente:

- " segurança e protecção de direitos de propriedade;
- " não restrição de empréstimos e pagamento de juros no exterior;
- " transferência de dividendos para o exterior;

SECTOR EXTERNO

No processo de deliberação são considerados vários pareceres, designadamente o do CPI, o do Ministério de Coordenação Ambiental, que emite uma recomendação, e o do respectivo Ministério da tutela da actividade, sendo este último parecer decisivo. No entanto, o investidor pode também negociar directamente com o Estado:

- " até US\$ 100 mil os projectos são aprovados pelo Governador provincial;
- " entre US\$100 mil e 100 milhões pelo Ministro da Planificação no âmbito do CPI;
- " se o investimento for superior a US\$ 100 milhões será aprovado pelo Conselho de Ministros; são também tratados num departamento próprio, no CPI. A este nível, os incentivos são discutidos directamente com o prospectivo investidor, podendo sair do conjunto *standard*, como é exemplo a própria Mozal.

Os procedimentos de autorização podem também variar de acordo com o sector de actividade. Por exemplo, no sector agrícola, o projecto será avaliado pelo Ministro da Tutela se a área for inferior a 10 mil hectares e pelo Conselho de Ministros se for superior.

Relativamente aos sectores de eleição, tem-se verificado alguma mutação. No passado eram preferidos projectos na área industrial, mas actualmente os sectores preferenciais são a agricultura e o turismo. Para além deste tipo de benefícios, os projectos qualificados podem ainda beneficiar de incentivos específicos, independentemente de o investimento ser ou não IDE, no âmbito dos seguintes regimes especiais:

- " Zonas de Rápido Desenvolvimento;
- " Agricultura;
- " Indústria Hoteleira e Turismo;
- " Projectos de Grande Dimensão;
- " Zonas Francas Industrias (ZFIs).

DÍVIDA INTERNA E EXTERNA

Em final de 2006, segundo dados do FMI, a dívida externa pública e garantida por entidades públicas, incluindo atrasados, atingia 3.2 mil milhões de dólares (42% do PIB). Deste valor, 36% era dívida a credores multi-laterais, 59% a credores bilaterais, e aproximadamente 5% eram créditos comerciais. A Iniciativa Multilateral de Perdão da Dívida, patrocinada pelo FMI, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento, permitiu a redução do montante da dívida em 1.9 mil milhões de dólares em 2006.

Dívida Interna e Externa		
Saldo vivo nominal no final de 2006		
	em milhões de dólares	em % do PIB
Total de dívida interna e externa	3833.4	49.5
Total de dívida interna	606.9	7.8
Total de dívida externa (pública e garantida por entidades públicas)	3226.5	41.7
Credores multilaterais	1149	14.8
IDA	667.3	8.6
FMI	4.7	0.1
Banco Africano de Desenvolvimento	187.1	2.4
Outros	289.9	3.7
Credores bilaterais	1902.1	24.6
Clube de Paris	801.2	10.4
Não Clube de Paris	1100.9	14.2
Credores comerciais	175.4	2.3
Total de dívida privada não garantida e de curto prazo	1404.6	18.2
Por memória:		
Total da dívida externa	4631	59.9
VAL da dívida externa total	2111.2	27.3
VAL da dívida externa garantida por entidades públicas	706.6	9.1

Fonte: FMI.

Anteriormente, Moçambique havia beneficiado do auxílio no âmbito dos países pobres altamente endividados providenciada por credores multilaterais e pelo Clube de Paris. Neste contexto, foram negociados acordos bilaterais para perdão da dívida com todos os credores do Clube de Paris à excepção de Portugal e Japão, que conjuntamente representam cerca de 20% do total da dívida do Clube de Paris a preços de final de 2000. As autoridades moçambicanas têm vindo a desenvolver esforços para assinar um acordo com os credores que faltam, inclusivamente com credores fora do Clube de Paris como é o caso da Argélia, Líbia, Iraque, China e Kuwait, tendo sido bem sucedidos nos dois últimos casos.

Moçambique beneficiou de uma operação de recompra de dívidas comerciais em atraso, estimadas num total de 175.7 milhões de dólares. A operação foi financiada pelo governo norueguês e pelo Banco Mundial.

Ao contrário de outros países do mesmo grupo de rendimento, a dívida externa moçambicana tem uma importante componente do sector privado devido a endividamento associado à concretização de mega-projectos. A dívida externa privada representa 24% do total da dívida externa do país, tendo a sua evolução acompanhado o andamento do IDE.

O saldo vivo de dívida pública interna é dominado por títulos de recapitalização do sistema financeiro e Bilhetes do Tesouro, emitidos por motivos de política monetária, ou seja para absorver excesso de liquidez existente e constituindo uma manifestação da política monetária prudente com vista a assegurar a estabilidade económica. O saldo vivo, no final de 2006, rondaria 8% do PIB, um nível baixo em termos regionais. Desde 2006, o Ministério das Finanças deixou de emitir Bilhetes de Tesouro para efeitos de gestão de tesouraria

Composição da Dívida Interna 2006
(milhões de MZN)



DÍVIDA INTERNA E EXTERNA

do Estado, passando a ser emitidos pelo Banco de Moçambique para servir propósitos de política monetária. A grande maioria das obrigações do Tesouro correspondem a emissões destinadas a recapitalizar o banco central em 2005 e 2006 (para financiar as perdas ocorridas em 2004) e ao processo de reestruturação dos bancos comerciais, entretanto concluído. As restantes Obrigações do Tesouro, têm maturidade entre 1 e 10 anos, encontrando-se nas mãos de particulares e do sector financeiro.

Segundo análises de sustentabilidade da dívida externa, o FMI concluiu que a dívida externa se apresenta resistente a choques externos, podendo até reduzir-se aquando da conclusão de acordos de perdão da dívida em curso.

RELACIONAMENTO BILATERAL PORTUGAL-MOÇAMBIQUE

Balança Comercial de Moçambique com Portugal (USD Milhões)

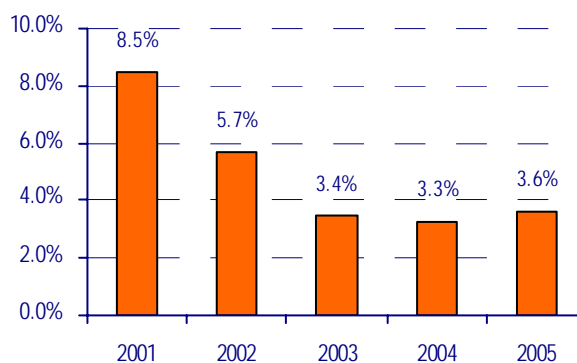
	2001	2002	2003	2004	2005
Saldo	-53.7	-44.2	-17.8	-18.9	-59.4
Grau de cobertura (%)	34.4	47.4	68.6	69.0	26.5

Fonte: Banco de Moçambique.

A quota de Portugal nas importações de Moçambique era relativamente elevada em 2001 e 2002, mas decresceu nos últimos anos, estabilizando em torno dos 3.5% desde 2003. O saldo da balança bilateral é claramente favorável a Portugal. De facto, segundo os dados do Banco de Moçambique, no período 2001 a 2005 o grau de cobertura foi sempre inferior a 50%.

Relativamente à expressão que o comércio de mercadorias com Moçambique tem para Portugal, as exportações para Moçambique têm representado, em média, nos últimos 5 anos, cerca de 0.2% das exportações portuguesas. Entre os CPLP, Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, Moçambique ocupa a terceira posição entre os países fornecedores de Portugal, situando-se em 4º lugar nas exportações.

Quota de Portugal nas Importações de Moçambique



Fonte: Banco de Moçambique.

Balança Comercial de Portugal com os Países da CPLP (2006)

Países	Importações	Peso no total	Exportações	Peso no total	Saldo
Angola	52,749	0.15%	1,209,832	2.28%	1,157,083
Brasil	1,232,498	3.57%	254,691	0.48%	-977,807
Cabo Verde	7,123	0.02%	188,578	0.36%	181,455
Moçambique	28,685	0.08%	73,693	0.14%	45,008
S.Tomé e Princ.	719	0.00%	28,255	0.05%	27,536
Guiné-Bissau	1,164	0.00%	27,039	0.05%	25,875
Timor-Leste	1,286	0.00%	2,450	0.00%	1,164

Fonte: GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos.

Quanto à distribuição do comércio entre os dois países por produtos, verifica-se que nas exportações para Portugal, de acordo com os dados do Eurostat, em 2006, a maior parte dos produtos incluíam-se na rubrica Agro-alimentares (peixe, crustáceos e moluscos; açúcar e tabaco) - 82% das exportações, sendo a segunda maior rubrica os Têxteis (sobretudo algodão), com 15%. Relativamente às compras de Moçambique a Portugal, os aparelhos mecânicos e as máquinas eléctricas assumem o maior relevo, respectivamente com 11.2% e 16.2% do total; seguem-se Químicos (plásticos e produtos farmacêuticos) com 14.4%; Agro-alimentares (sobretudo bebidas alcoólicas) com 13.8%; Madeira Cortiça e Papel (livros e outro material impresso) com 12.5%; e Minérios e Metais (obras de ferro e aço) com 11.1%.

O Investimento Directo de Portugal em Moçambique tem sido sobretudo dirigido ao sector das Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas. No quadriénio 2003-06, o IDE dirigido a este sector (entradas) representou, em média, 78% do total. O segundo sector mais visado em termos de investimento tem sido a actividade de Construção. Em termos agregados, nos últimos anos, tem sido visível a redução do IDE dirigido a Moçambique, tendência que é evidente quando se analisam os valores absolutos mas também em termos de peso do país no total do IDE dirigido aos PALOP e Timor-Leste: nos últimos 4 anos, em média, Moçambique representou 12% daquele agregado, 7% em 2006. Neste período o total de investimento quase sempre superou o desinvestimento, com excepção do ano de 2006, quando se registou um forte desinvestimento no sector da Construção.

RELACIONAMENTO BILATERAL PORTUGAL-MOÇAMBIQUE

Investimento Directo de Portugal em Moçambique - Por sectores de actividade, em milhões de Euros

	2003		2004		2005		2006	
	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
Actividades Financeiras	3.30	3.23	1.93	17.23	0.32	7.45	0.11	9.98
Act. imob. alugueres e serv.prestados às empresas	16.91	12.86	15.60	1.24	25.41		20.45	16.54
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	0.00					3.70		
Alojamento e restauração	1.66	1.56	2.74			0.00	1.18	4.48
Comércio (grosso e retalho); reparação de veic.automóveis	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01	0.54	0.04	
Construção	1.57	0.65	0.67	0.88	3.19		2.87	17.96
Educação			0.12		0.02	0.42		
Indústrias Transformadoras	1.21	1.25	1.53	0.40	1.29	0.05	1.54	0.22
Pesca	0.73	0.03		0.27	2.37		0.71	
Transportes, armazenagem e comunicações	0.01	0.01		0.01				
Sector não ident e particulares	0.64	0.58	0.06	0.10	0.09		0.09	
Outras actividades de serv.colectivos, sociais e pessoais		0.56	0.07	0.37	0.37	0.51	0.41	0.62
TOTAL	26.04	20.74	22.73	20.51	33.07	12.67	27.40	49.80
% do IDE total de Portugal nos PALOP e em Timor Leste	34%	51%	17%	19%	11%	9%	7%	17%

Fonte: Banco de Portugal.

Indicadores económicos seleccionados (2004-2009)

	2004	2005E	2006E	2007E	2008P	2009P	2010P
	(taxa de variação anual)						
Contas nacionais e preços							
PIB real	7.5	6.2	8.5	7.0	7.0	7.0	7.0
Preços no consumidor (fim de período)	9.1	11.2	9.4	6.0	5.5	5.3	5.0
Sector externo							
Exportações	44.1	16.1	37.0	7.9	-1.5	0.9	4.7
excluindo Megaprojectos	25.4	6.0	45.5	22.6	13.7	13.4	15.5
Importações	16.9	21.2	16.7	8.4	5.0	5.9	7.9
excluindo Megaprojectos	22.0	19.3	7.4	13.4	7.2	7.7	8.6
Termos de troca	25.3	22.5	59.0	1.9	-20.5	-20.4	-16.9
Taxa de câmbio efectiva nominal (fim de período)	10.7	-14.0	-3.0	-	-	-	-
Taxa de câmbio efectiva real (fim de período)	17.5	-6.3	1.8	-	-	-	-
Moeda e crédito							
M2 (Variação % dos últimos 12 meses)	16.7	22.1	25.8	16.2	15.4	14.9	14.7
Taxa de BT's 3 meses (% em fim de período)	10.5	10.0	16.0	-	-	-	-
	(em percentagem do PIB)						
Contas públicas							
Receitas totais	12.6	13.6	14.0	14.5	15.0	15.5	16.0
Despesa total e empréstimos líquidos (incl. Residual)	24.5	22.1	25.1	30.5	29.0	28.1	27.3
Saldo, excluindo doações	-12.1	-8.6	-11.4	-15.9	-14.0	-12.6	-11.3
Doações	7.5	6.3	9.9	11.5	10.7	9.9	9.1
Saldo, incluindo doações	-4.5	-2.2	-1.5	-4.5	-3.3	-2.7	-2.3
Saldo primário	-3.9	-1.8	-1.9	-2.7	-2.6	-2.4	-2.1
Investimento e poupança							
Investimento interno bruto	22.6	21.5	24.9	28.8	28.9	29.3	29.6
Público	9.4	8.2	11.0	14.4	13.5	12.9	12.3
Outros sectores	13.2	13.2	13.9	14.5	15.4	16.4	17.3
Poupança interna bruto (excl. doações)	8.5	5.6	11.3	10.9	11.8	12.3	12.7
Público	-1.6	0.2	0.8	0.0	0.7	1.3	1.8
Outros sectores	10.2	5.4	10.5	10.9	11.1	10.9	10.8
Balança corrente, antes das doações	-14.1	-15.8	-13.6	-17.9	-17.0	-17.0	-16.9
	(em milhões de USD)						
Balança de pagamentos	213	-57	139	74	54	96	88
Reservas internacionais líquidas (fim de período)	960	943	1229	1300	1354	1451	1538
Reservas internacionais brutas (fim de período)	1160	1103	1241	1315	1369	1466	1553
Em meses de importações de bens e serviços não factoriais	5.8	4.6	4.4	4.2	4.2	4.2	4.2
Em meses de importações de bens e serviços não factoriais, excl. megaprojectos	7.0	5.7	6.8	5.3	5.2	5.2	5.0
Em meses de importações de bens e serviços não factoriais, excl. megaprojectos e importações de capital financiadas por estrangeiros	-	-	7.3	7.1	6.8	6.8	6.6
Taxa de câmbio (USD/MZN, fim de período)	18.9	24.2	26.0	-	-	-	-

Fonte: FMI.

Notas: E- estimativa FMI; P-projecção FMI; *-valores programados nos OE

MOÇAMBIQUE - Objectivos de desenvolvimento do Milénio: 1990-2004

	1990	1994	1997	2000	2003	2004
Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome						
Percentagem do rendimento detida pela quinta parte mais pobre	-	-	6.0	-	-	-
Inquérito nacional às famílias sobre a incidência da pobreza ²	-	-	69.4	-	54.1	-
Prevalência da malnutrição, peso para idade (% de crianças < 5 anos)	-	-	26.0	26.0	24.0	24.0
Diferencial de pobreza a 1 USD por dia (PPP) (%)	-	-	12.0	-	-	-
Rácio de pobreza por cabeça a 1 USD por dia (% da população)	-	-	38.0	-	-	-
Rácio de pobreza por cabeça na linha nacional de pobreza (% da população)	-	-	69.0	-	-	-
Prevalência de subnutrição (% da população)	-	-	58.0	-	45.0	45.0
Objectivo 2: Alcançar a educação primária universal						
Taxa de literacia, total dos jovens (% do grupo de idades compreendidas entre 15-24 anos)	49.0	-	-	-	-	-
Permanência até nível 5, total (% de cohort)	-	-	-	52.0	-	-
Taxa de conclusão do ensino primário, total (% do grupo de idade relevante)	24.9	24.5	25.4	16.2	22.1	29.0
Inscrição na escola, primária (% , líquida)	-	-	-	56.0	56.0	71.0
Objectivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e capacitar as mulheres						
Proporção de lugares do parlamento ocupados por mulheres (%)	16.0	-	25.0	25.0	30.0	30.0
Rácio entre raparigas e rapazes no ensino primário e secundário (%)	-	-	-	75.1	78.6	82.3
Rácio entre mulheres e homens com literacia (% para idades entre os 15 -24 anos)	47.9	-	-	-	-	-
Quota de mulheres empregues no sector não agrícola (% do emprego total no sector não agrícola)	11.0	-	-	-	-	-
Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil						
Imunização, sarampo (% de crianças entre 12 e 23 meses)	59.0	65.0	61.0	71.0	77.0	77.0
Taxa de mortalidade, crianças (por cada 1000)	158.0	-	-	122.0	-	104.0
Taxa de mortalidade, menores de 5 anos (por cada 1000)	235.0	-	-	178.0	-	152.0
Objectivo 5: Melhorar a saúde materna						
Nº de nascimentos assistidos por pessoal qualificado (5 do total)	-	-	44.2	-	48.0	48.0
Rácio de mortalidade das mães (estimativa por modelo, por cada 100000 nascimentos)	-	-	-	1,000	-	-
Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças						
Crianças que ficaram órfãs em consequência do HIV/SIDA	-	-	-	-	470,000	470,000
Prevalência de contraceptivos (% das mulheres com idades entre os 15 e os 49 anos)	-	-	6.0	-	17.0	17.0
Incidência da tuberculose (por 100000 pessoas)	167.1	-	-	-	-	460.2
Prevalência do HIV, mulheres (% das mulheres com idades entre os 15 e os 24 anos)	-	-	-	-	-	-
Prevalência do HIV, total (% da população entre os 15 e os 49 anos)	-	-	-	-	12.0	12.0
Casos de tuberculose detectados under DOTS (%)	-	-	46.8	44.5	45.5	45.9
Objectivo 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental						
Emissões de CO2 (ton métricas per capita)	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	-
Área de floresta (% de área de terra)	26.0	-	-	25.0	-	-
PIB por unidade de energia usada (PPP a preços constantes de 2000, USD por Kg ou equivalente de petróleo)	1.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0
Melhoria das instalações sanitárias (% da população com acesso)	-	-	-	-	27.0	-
Melhoria das nascentes de água (% da população com acesso)	-	-	-	-	42.0	-
Área de protecção nacional (% da área total de terrenos)	-	-	-	-	8.4	8.4
Objectivo 8: Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento						
Ajuda per capita (USD: valores correntes)	74.7	78.3	56.6	49.0	54.5	63.2
Serviço da dívida (apenas PPG e FMI, % das exportações, excluindo remessas dos trabalhadores)	17.0	30.0	18.0	2.0	5.0	3.0
Subscritores de linhas telefónicas fixas e móveis (por cada 1000 pessoas)	3.5	3.7	4.1	7.6	26.9	26.9
Utilizadores da internet (por cada 1000 pessoas)	0.0	-	0.1	1.1	4.4	7.1
Computadores pessoais (por cada 1000 pessoas)	-	-	1.8	3.3	5.0	5.8
Serviço da dívida total (% das exportações de bens, serviços e rendimento)	26.0	31.0	19.0	12.0	6.0	5.0
Desemprego, mulheres jovens (% da força de trab. feminina com idades entre 15-24 anos)	-	-	-	-	-	-
Desemprego, homens jovens (% da força de trab. masculina com idades entre 15-24 anos)	-	-	-	-	-	-
Desemprego, total dos jovens (% do total da força de trabalho com idades entre 15-24 anos)	-	-	-	-	-	-
Outros						
Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher)	6.2	-	5.9	5.7	5.4	5.4
Rendimento Nacional Bruto per capita, método Atlas (USD: valores correntes)	170	140	170	210	230	270
Rendimento Nacional Bruto, método Atlas (mil milhões USD: valores correntes)	2.3	2.1	2.9	3.8	4.4	5.3
Formação bruta de capital (% do PIB)	22.1	25.5	20.6	33.5	25.9	20.1
Esperança de vida à nascença, total (anos)	43.2	-	43.8	42.6	41.9	41.8
Taxa de literacia (% de pessoas com >= 15 anos)	33.5	-	-	-	-	-
População total (milhões)	13.4	15.3	16.7	17.9	19.1	19.4
Comércio (% do PIB)	44.2	62.1	41.9	61.3	72.3	68.3

Fonte: FMI, citando Base dados dos indicadores de desenvolvimento mundiais, Abril 2006; Autoridades moçambicanas

Notas: ¹Valores em itálico referem-se a outros períodos que não os indicados; ² Entre 1996-19997 e 2002 -2003 foram conduzidos internamente estudos para determinar a incidência da pobreza.

Balança de pagamentos, 2004 - 2010

(Em milhões de dólares, ou outra especificada)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
		Est.	Est.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Balança Comercial	-531	-721	-487	-539	-732	-903	-1,057
Exportações	1,504	1,745	2,391	2,580	2,542	2,566	2,686
Megaprojectos	1,049	1,263	1,689	1,719	1,563	1,456	1,404
Outras	455	482	702	861	979	1,110	1,282
Importações	-2,035	-2,467	-2,878	-3,119	-3,275	-3,469	-3,742
Megaprojectos	-322	-423	-683	-630	-607	-595	-621
Outras	-1,713	-2,044	-2,195	-2,489	-2,668	-2,874	-3,121
Serviços e Rendimentos, Líquido	-301	-360	-569	-917	-771	-749	-755
Receitas	370	464	559	597	624	655	696
Despesa	-671	-824	-1,128	-1,514	-1,396	-1,404	-1,451
dos quais juros da Dívida Pública	-18	-22	-19	-20	-26	-32	-37
Balança Corrente, antes de doações	-832	-1,081	-1,055	-1,456	-1,504	-1,652	-1,812
Doações*	527	461	2,570	950	966	981	984
Balança Corrente, com doações	-305	-620	1,515	-506	-538	-671	-828
Balança de Capital	333	347	-1,411	580	592	767	915
Crédito Comercial, Líquido	-3	5	-20	0	0	0	0
Empréstimos externos	463	463	603	572	592	707	750
Público	315	221	370	354	348	343	354
Privado	148	242	233	218	244	364	396
Amortizações	-291	-251	-2147	-307	-328	-336	-358
Investimento Directo Líquido	245	105	154	299	304	357	403
Do qual Mina de Carvão Moatize	123	0	0	0	0	0	0
Capitais de curto prazo e erros e omissões	185	216	34	0	0	0	0
Por memória							
Saldo da Balança Corrente (em % do PIB)							
Antes de Doações	-14.1%	-15.8%	-13.6%	-17.9%	-17.0%	-17.0%	-16.9%
Com Doações	-5.2%	-9.1%	19.6%	-6.2%	-6.1%	-6.9%	-7.7%
Reservas Internacionais Brutas	1,160	1,103	1,241	1,315	1,369	1,466	1,553
Em meses de Importações, excluindo megaprojectos	7	5.7	6.8	5.3	5.2	5.2	5

Fonte: FMI - Country Report Julho 2007.

Nota : (*) Inclui perdão de dívida (em 2006) ao abrigo de MDRI pelo FMI, AfDB e IDA

Balança de pagamentos dos Megaprojectos*, 2004 - 2010

(Em milhões de dólares, ou outra especificada)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
		Est.	Est.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Balança Comercial	726	840	1,006	1,089	957	860	784
Exportações, f.o.b.	1,049	1,263	1,689	1,719	1,563	1,456	1,404
Importações, c.i.f.	-322	-423	-683	-630	-607	-595	-621
Serviços e rendimentos (líquido)	-305	-455	-702	-958	-804	-763	-759
Balança corrente, sem doações	421	385	304	131	153	97	24
Balança corrente, com doações	421	385	304	131	153	97	24
Balança de capital	-57	50	-15	109	114	268	316
Empréstimos do exterior	5	110	114	134	151	261	294
Amortizações	-117	-120	-129	-171	-187	-197	-227
Investimento directo (líquido)	55	60	0	146	151	204	250
Balança global excluindo entradas de capital de curto prazo**	364	435	289	240	267	365	340

Fonte: FMI - Country Report Julho 2007

Nota: * Megaprojectos inclui: Mozal (produção de alumínio); Sasol (produção de gás e oleodutos); Barragem de Cahora-Bassa (energia hidráulica); e dois projectos de titanium ore

** Sobrestima de forma significativa a contribuição dos megaprojectos para a acumulação das reservas internacionais, na medida em que grande parte das suas operações financeiras são efectuadas fora do sistema bancário doméstico. Apenas uma pequena fracção dos procedimentos cambiais são de facto repatriados para Moçambique. No entanto, a informação sobre esses procedimentos não está disponível.

Taxas de Juro Médias Mensais do Mercado Monetário Interbancário

Prazos	Jul-06	Ago-06	Set-06	Out-06	Nov-06	Dez-06	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07	Ago-07	Set-07	Out-07
Bilhetes do Tesouro																
28 Dias	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)
63 Dias	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)
91 Dias	17.31%	15.51%	15.50%	15.49%	15.76%	15.99%	16.00%	16.00%	15.99%	15.84%	15.06%	14.80%	14.73%	14.69%	14.66%	14.69%
182 Dias	17.75%	15.67%	15.75%	15.74%	16.06%	16.25%	16.25%	16.25%	16.25%	16.06%	15.11%	14.90%	14.90%	14.90%	14.90%	14.90%
364 Dias	18.25%	16.93%	15.99%	15.97%	16.45%	16.50%	16.50%	16.50%	16.49%	16.25%	15.23%	15.00%	14.99%	14.99%	15.00%	14.96%
Leilão de depósito																
1 a 7 Dias	(b)	(b)	13.19%	13.11%	13.15%	13.15%	13.15%	13.15%	13.15%	13.12%	13.10%	(b)	10.60%	10.60%	(b)	10.53%
Permutas de Liquidez																
1 a 7 Dias	18.12%	16.95%	15.83%	15.88%	16.09%	15.98%	15.98%	16.08%	16.07%	15.98%	15.69%	15.28%	14.97%	14.77%	14.53%	14.46%
8 a 15 Dias	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)
16 a 30 Dias	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	15.50%	(b)	(b)
Acima de 30 Dias	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	17.50%	15.50%	15.50%	15.50%	(b)	(b)
Facilidades Permanentes:																
Facilidade Permanente de Depósito																
"Overnight"	13.00%	13.00%	13.00%	13.00%	13.00%	13.00%	13.00%	13.00%	13.00%	13.00%	13.00%	10.50%	10.50%	10.50%	10.50%	10.50%
Facilidade Permanente de Cedência																
"Overnight"	19.00%	17.00%	17.00%	17.00%	17.50%	17.50%	17.50%	17.50%	17.50%	17.50%	17.50%	15.50%	15.50%	15.50%	15.50%	15.50%
Facilidade da Última Hora																
"Overnight"	20.00%	18.00%	18.00%	18.00%	18.50%	18.50%	18.50%	18.50%	18.50%	18.50%	18.50%	16.50%	16.50%	16.50%	16.50%	16.50%
Cedência por iniciativa do BM																
De 1 a 7 dias	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)
De 8 a 15 dias	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(b)

Fonte: Banco de Moçambique.

Nota: (b)- Não se realizaram operações para estes prazos

"Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BPI nos mercados referidos. O BPI, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BPI e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte."

BANCO BPI. S.A.

Rua Tenente Valadim, 284 4100 - 476 PORTO
Telef.: (351) 22 207 50 00 Telefax: (351) 22 207 58 88

Largo Jean Monnet, 1 - 9º 1269-067 LISBOA
Telef.:(351) 21 724 17 00 Telefax: (351) 21 353 56 94